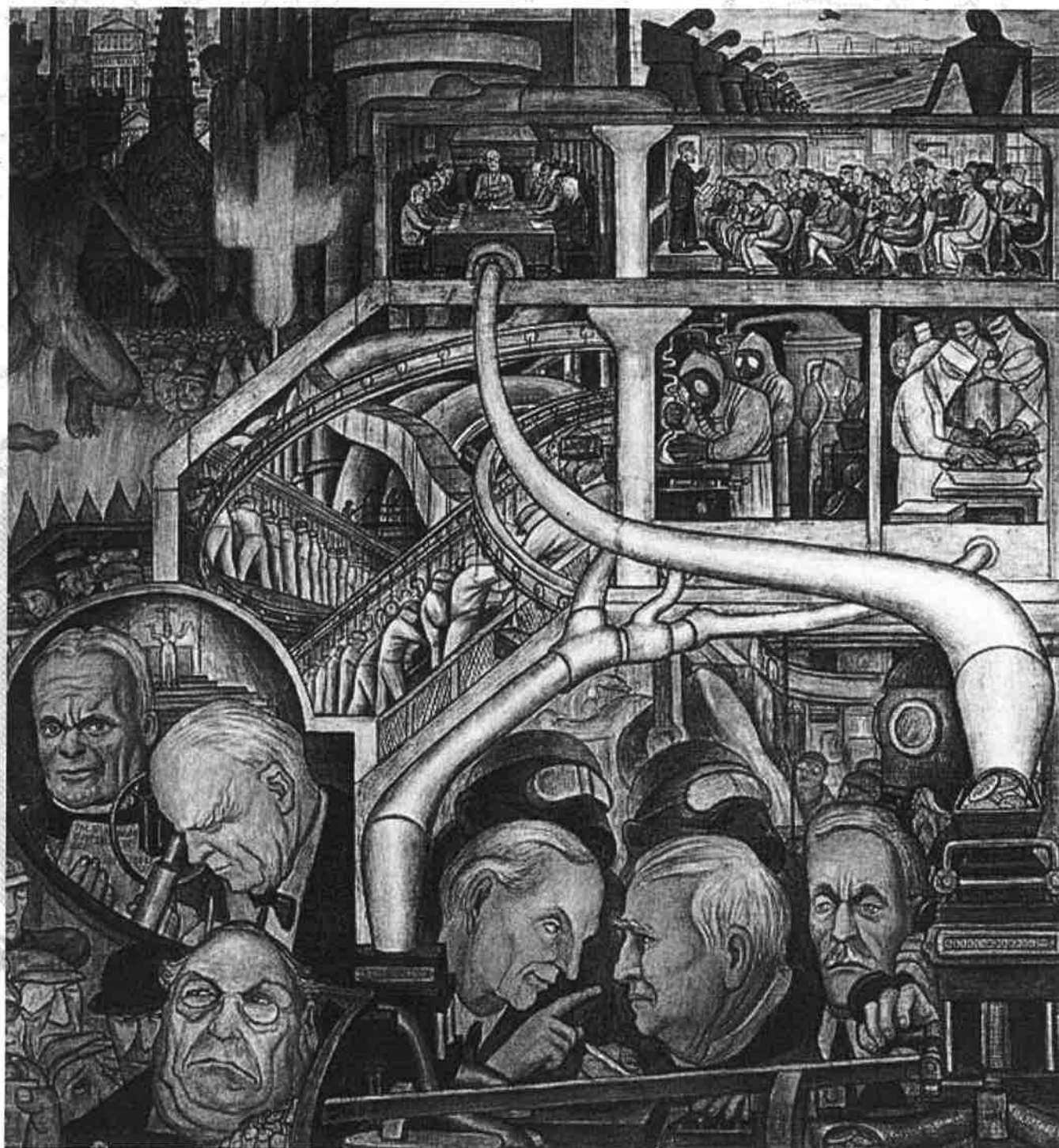


GERMINAL

Boletim n. 5, 12/2008 - Grupo de Estudos e Pesquisas Marxismo, História, Tempo Livre e Educação (MHTLE)

ISSN 1982 - 9787



PARA FAZER REVOLUÇÃO FORMAÇÃO E LUTA POLÍTICA

Universidade Estadual de Londrina Biblioteca

Linhas de Pesquisa

Boletim

Germinal

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Linhas de Pesquisa

Biblioteca

MARXISMO, HISTÓRIA, TEMPO LIVRE E EDUCAÇÃO

Biblioteca

Boletim

Germinal

Biblioteca

Grupo

Universidade Estadual de Londrina



PARA FAZER REVOLUÇÃO FORMAÇÃO E LUTA POLÍTICA

- Editorial -

Maria de Fátima Rodrigues Pereira
Elza Margarida de Mendonça Peixoto

Chegamos ao final de 2008 com este quinto número do jovem Boletim Germinal, estruturado com textos, imagens e notícias que sinalizam a necessidade da formação e luta política para a superação do capitalismo. Cumpre mais uma vez o enunciado em números anteriores: expandir a cultura marxista tomando-a como instrumento revolucionário. Neste sentido, compõem este Boletim reproduções de murais de Diego Rivera como exemplo da arte que se põe a serviço da luta política, neste caso, da luta política os camponeses mexicanos e os trabalhadores mexicanos. Escolhemos, para compor a capa, a tela *Industria Moderna*, uma obra de 1937, produzida após Rivera conhecer a Indústria Automobilística nos Estados Unidos, retratando a grande maquinaria e a gerência fordista. Também os murais: *El reparto de Tierras*, de 1924 e *Los Explotadores*, de 1926, que retratam a luta pela terra empreendida por milhares de camponeses liderados por Pancho Villa e Emiliano Zapatta. Ainda, *Hombre en una Encrucijada*, de 1934, que expressa a trajetória humana até ali e as várias possibilidades que estavam postas, como também, em *Industria de Detroit* o *Hombre e Máquina*, de 1932-1933, retratando a submissão do trabalhador ao ritmo da maquinaria. As obras de arte, no entanto, não podem ser compreendidas fora da história. Com a finalidade de situar estas obras e seu autor, Maria de Fátima Pereira apresenta-nos o texto *Diego Rivera: um pintor revolucionário*, no qual situa Rivera no movimento artístico mexicano e europeu, na conjuntura histórica expressa nas telas, trazendo elementos referentes à relação do pintor com Frida Kalo e Trotski.

Compõe também este boletim o texto *Stalin: o marechal de ferro*, de Máuri de Carvalho, no qual o autor nos convida ao debate inconcluso sobre o papel de Stalin na condução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, após de morte de Lênin, no período de 1924 a 1953. Destacando o papel que o euro-marxismo e o euro-comunismo tiveram e têm na interpretação do que ali se passou, o autor nos provoca a retomar com profundidade o debate acerca

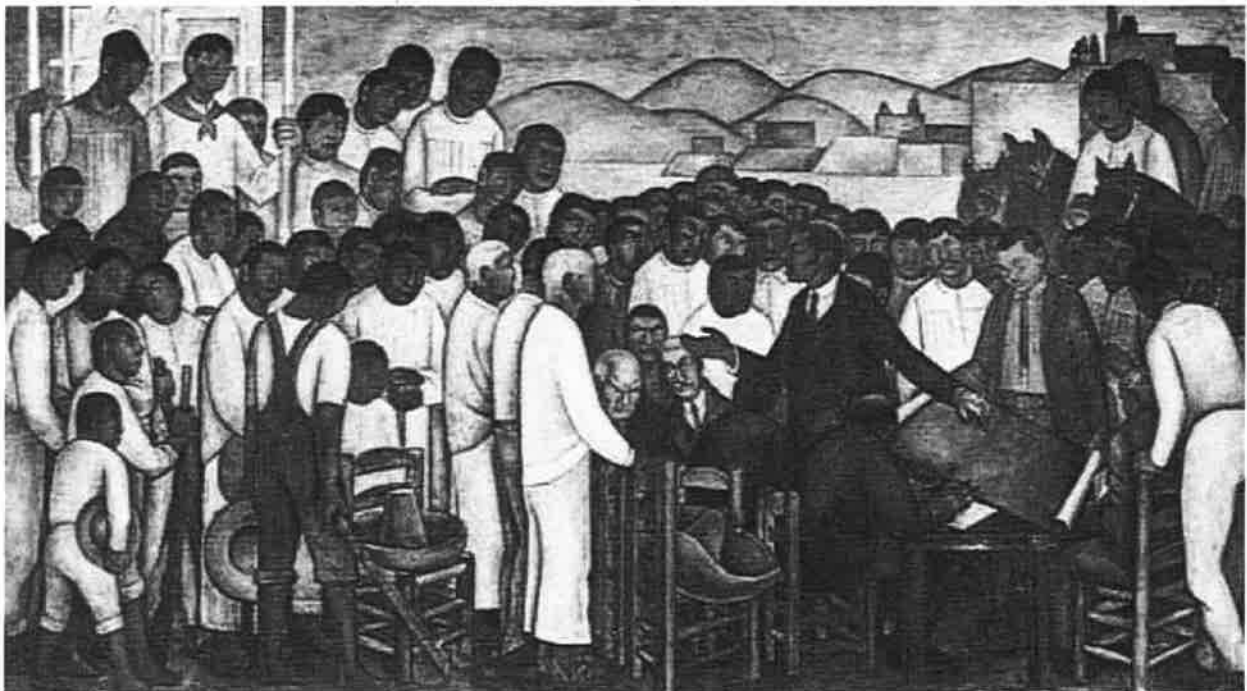
das políticas stalinistas, o que almejamos, aconteça nos próximos números deste Boletim.

O texto, *Marx e Engels: superação do idealismo pela concepção materialista e dialética da história*, de Elza Peixoto, retoma um tema sempre presente no Boletim, que é o processo de formação teórica e política dos fundadores da Concepção Materialista e Dialética da História, com destaque ao empenho dos autores em apropriar-se da história para instrumentalizar a luta política da classe trabalhadora em formação no século XIX, e nos prepara para a leitura de textos programáticos de Marx e Engels, respectivamente: *Luta de classe e luta política*; *Discurso sobre a ação política da classe operária* e *Princípios básicos do comunismo*. Nestes trabalhos, os pais do marxismo, em um estilo direto, vão explicando como a classe trabalhadora se formou e qual é o seu papel histórico.

O conjunto do Boletim se completa com as notícias sobre a realização do Congresso Internacional Karl Marx, em Lisboa, que sinaliza a retomada do marxismo em busca de contribuições para a explicação e superação do quadro de crise mundial que as teorias que se colocam no campo do liberalismo não conseguem responder. Há muito, os marxistas defendem que a explicação da vida humana deve ser buscada na história enquanto uma rica e complexa totalidade contraditória, porque atravessada pela irreconciliável luta de classes entre os proprietários dos meios de produção e os produtores: a classe trabalhadora.

Finalmente, apresentamos o relatório das ações desenvolvidas pelo Grupo MHTLE desde sua fundação, o qual expressa o eixo programático que tem orientado as atividades que vimos desenvolvendo em busca de conhecer, expandir e articular os estudos marxianos para enfrentar o capital: trata-se da formação para a luta política e para a revolução.

DIEGO RIVERA: UM PINTOR REVOLUCIONÁRIO



Maria de Fátima Rodrigues Pereira

Diego Rivera, autor das obras de arte que ajudam a compor este Boletim Germinal n. 5, foi um pintor revolucionário. Junto com os artistas José Clemente Orozco, David Siqueiros e Rufino Tamayo, trouxe a arte dos salões da burguesia para o meio do povo, ("o artista deve ir onde o povo está"). Este grupo fundou o Sindicato dos Pintores e considerava a pintura de cavalete burguesa. Chamados de muralistas por terem feito os seus trabalhos em grandes painéis (murais em paredes e muros de espaços públicos), pintaram temas da história do povo mexicano e das suas lutas. Efetivamente, além da expressão estética,

visual e plástica da vida, as obras dos painelistas são manifestações das experiências práticas das lutas pela emancipação sócio-política dos camponeses e trabalhadores urbanos mexicanos.

Diego Rivera nasceu em Guanajuato a 8 de dezembro de 1886 e faleceu na Ciudad do México a 24 de novembro de 1957. Nas duas primeiras décadas de sua vida viveu no México, então, sob a ditadura (1876-1911) de Porfírio Díaz, governo favorável ao latifúndio e ao capital monopolista, interessado nos recursos minerais (petróleo) do país e que promovia uma grande exploração

de trabalhadores, sobretudo, camponeses de origem indígena, já que o México ainda não tinha, então, o trabalho, intensivo ampliado.

Iniciou sua formação ainda no México, na Academia de San Carlos, hoje, Escola Nacional de Artes Plásticas do México. Após sua primeira exposição, em 1907, seguiu com uma bolsa de estudo para Espanha (Barcelona) e depois França (Paris), onde entrou em contato com arte impressionista, expressionista e cubista e artistas que assim se expressavam como Pablo Picasso, Jean Miró, Paul Cézanne, Gauguin. Na Europa pode conhecer a arte Flamenga e Renascentista e ir-se formando. O seu afastamento físico do México não o impediu de acompanhar o que se passava no país. Em 1911 Porfirio Díaz, num arranjo liberal, se exonerava. O governo de Francisco Madero que se impôs por conciliação teve que se haver com as revoltas de milhares de camponeses. Sob a liderança de Emiliano Zapata e Pancho Villa e sob a bandeira de "*Tierra e Libertad*" os camponeses lutavam pela reforma agrária e direitos trabalhistas (o que continua, hoje, em Chiapas). Este tema já aparece, em 1915, na obra Diego Rivera – "*Paisagem Zapatista ou o Guerrilheiro*". Retornou ao México em 1921 (formação do Sindicato dos Pintores) e ali começou a sua obra que retrata os camponeses, com as suas mantas, os seus pés descalços, os seus chapéus, o seu trabalho, os instrumentos dos seus trabalhos, os frutos do seu trabalho, cestos cheios de frutas e também de flores. Suas obras cumprindo a função de redimir artisticamente um povo explorado pelo colonialismo. Nos Estados Unidos na década de 1930 vai ver o trabalho da grande indústria automobilística de Detroit (que hoje despense milhares de trabalhadores americanos), a maquinaria, a gerência fordista e a retrata, também em grandes painéis. Em 1933, no mural de Rockefeller Center pinta o rosto de Lênin e por

isto viu sua obra ser destruída e que refez, um ano mais tarde, no Palácio de Belas Artes no México. Passados 26 anos a mesma Fundação faria festa para comemorar a obra de Diego Rivera, num sinal de que a burguesia, numa estratégia de cooptação e de se apoderar da memória põe em seu favor gestos e manifestações que antes sequer tolerava.

Nos vastos painéis de Diego Rivera fundem-se criticamente o realismo e o expressionismo para fazerem aparecer com todo o vigor os trabalhadores, o povo mexicano, a sua cultura, as suas lutas.

Diego Rivera foi casado com Frida Kahlo também pintora, filha de um fotógrafo – judeu – Guillermo Kahlo e de uma mexicana-mestiça Matilde Calderón Gonzalez. Kahlo que aperfeiçoaria a sua arte junto a Rivera tendo desenvolvido uma obra carregada de temas ligados às suas dores físicas que sofria após um terrível acidente de um ônibus no qual viajava, mas também de temas e cores do folclore mexicano.

Diego Rivera acolheu Trotsky quando este se exilou no México em 1937 e onde foi assassinado (1940) por Ramón Mercador um agente de Stalin quando vinha a fazer a articulação da resistência ao regime conduzido por Stalin na URSS e se dedicando a uma intensa produção intelectual expressa em obras como "*A Escola Stalinista da Falsificação*" e a "*Revolução Traída*".

Rivera de nome de família Diego Maria Concepción Juan Nepomuceno Estanislao de la Rivera y Barrientos Acosta e Rodríguez foi membro do partido comunista de 1923 -1930 e de 1954 até à sua morte.

A reprografia destas suas três obras diz bem neste Boletim que leva textos didáticos e programáticos de Marx e de Engels e nos possibilita unir a reflexão teórica e política com a arte.

STALIN: O MARECHAL DE FERRO



Intróito

Josef Stalin nasceu em Gori, Geórgia, no dia 18 de dezembro de 1878 e faleceu em Moscou em 05 de março de 1953. Foi secretário-geral do Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (PCUS) e do seu Comitê Central (CC) a partir de 1924 até 1953, sendo o líder de fato da URSS (CCCP). Seu nome em georgiano era Ioseb Besarionis Dze Jughashvili, conhecido na língua russa como Ióssif Vissariónovich Djughashvili, embora alguns autores registrem o primeiro nome como Iosef.

Sobre esse controverso personagem histórico da ex-URSS há uma dezena de biografias e centenas de artigos e livros cujo intuito, grosso modo, é a desqualificação do socialismo soviético entre 1924 a 1953 quando o Estado foi dirigido por Stalin.

A propósito, Volkogonov (2004, p. XVI) reporta que se, por um lado, condenar "Stalin por seus crimes, é política e intelectualmente errado", é "moralmente desonesto, negar, em princípio, as conquistas do sistema e suas possibilidades".

Segundo Quartim de Moraes requer "coragem intelectual desafiar o maciço

e tenaz preconceito que cerca a imagem de Stalin", grosso modo, associada "mais ainda do que ao exercício ditatorial do poder político soviético, ao uso crescente de métodos policiais de controle e aniquilamento dos oponentes" (QUARTIM DE MORAES, 2003).

Requer coragem diante das invectivas das "longas colunas de desertores, perplexos e desanimados" que abandonaram "as fileiras do comunismo", deixando à rolança do tempo o "redescobrir a verdade revolucionária sobre o período dos pioneiros" e não é fácil "levantar-se contra o furacão da propaganda anti-stalinista", mormente, "depois da morte do homem cuja memória foi objeto de combates tão áspersos como os que em vida ele próprio enfrentou" (QUARTIM DE MORAES, 2003).

Sobre a afirmação que Stalin era uma "mediocridade" ou uma "mancha cinzenta" em 1917, Montefiore (2008, p. 24) questiona: "como foi que a 'mancha' se tornou o estadista mundial homicida, mas eficaz, que ajudou a criar e industrializar a União Soviética, venceu Churchill e Roosevelt, organizou Stalingrado e derrotou Hitler?". Como a mediocridade de 1917 se transformou no colossal estadista dos anos 40?

Máuri de Carvalho

Entre 1894 entra no Seminário de Tiflis (Geórgia); em 1897 participa da primeira organização clandestina socialista daquele país. Em seguida, no ano de 1898, se torna um dos dirigentes de um círculo de estudos para operários. Em 1899 é expulso do Seminário.

Ao enveredar pela atividade revolucionária contra o czar, Stalin toma contato com os círculos clandestinos marxistas georgianos. Dedicando-se integralmente à causa da revolução, é o início da sua carreira como revolucionário profissional. Em consequência, passa alguns anos na prisão sob a acusação de assalto a bancos. Em novembro de 1901 é eleito ao Comitê Central do POSDR. Um mês depois é preso e encarcerado até abril de 1903. Condenado há três anos de reclusão na Sibéria, foge, se evade, retorna à Tiflis em fevereiro de 1904.

Na Finlândia, em dezembro de 1905, encontra pela primeira vez Lenin. Entre 1905 e 1908, Stalin com outros bolcheviques dirige o Secretariado do Sindicato dos Petroleiros de Baku cujas demandas eram o direito de escolher livremente seus representantes, a convenção coletiva de trabalho e a melhoria das condições de trabalho (para os trabalhadores parece que o tempo não passa!).

Em março de 1908, Stalin é preso pela segunda vez e condenado a dois anos de exílio, escapando em junho de 1909, retorna a Baku para, em seguida, fazer circular o jornal clandestino georgiano *A Luta* (*Brdzola*). Preso pela terceira vez em março de 1912, quando participava da organização de uma greve geral, novamente é enviado à Sibéria para cumprir um desterro de cinco anos. Especialista em fuga e evasão escapa do exílio ludibriando o controle policial, mais uma vez, retorna à Baku.

A primeira edição do jornal bolchevique *Pravda* (Verdade) circula em abril de 1912, em Petrogrado, Stalin toma parte dessa publicação. Após ser denunciado por agentes policiais infiltrados no Comitê Central, é detido pela quarta vez, moto contínuo foge do exílio siberiano. Ao final de 1912 escreve sua obra *O Marxismo e a Questão Nacional*.

Em junho de 1917 o governo provisório encabeçado por Alexander Kerenski empastela o Partido bolchevique e prende seus principais dirigentes. Enquanto Lenin foge para a Finlândia, Stalin permanece dirigindo na clandestinidade as ações do Partido.

Desde a origem do Partido Bolchevique até a Revolução de Outubro, Stalin foi partidário da linha política traçada por Lenin, sendo o único bolchevique a conhecer de forma palmar a realidade russa, tanto da cidade quanto do campo. Ele mantinha contato estreito com os militantes interioranos com os quais travou relação de amizade na luta aberta, na clandestinidade e no exílio siberiano.

Stalin, um quadro partidário de escol, dirigiu a luta armada no Cáucaso, participou das lutas clandestinas, organizou várias lutas sindicais, editou periódicos clandestinos e legais, organizou e participou de assaltos a bancos, foi dirigente do trabalho legal e parlamentar, enfim, conhecia como poucos a questão das minorias nacionais (étnicas).

A tarefa da crítica

A leitura da história da União Soviética entre 1924 e 1953 revela claras mentiras sobre Stalin orquestradas por correntes trotskistas e esquerdistas que o combatiam no período precitado, enquanto praticavam o fracionismo às escâncaras para liquidar o Partido.

Os críticos de Stalin são tratados como homens ilibados, desinteressados, comprometidos com o bem-estar da humanidade em geral e do povo russo em particular, injustiçados pela burocracia stalinista. Essa é a versão mais aceita nos círculos acadêmicos.

É dialético sujeitar a formação da compreensão sobre as colas e sobre os fatos sociais encimados numa única e determinante interpretação da história?

É dialético acreditar que um personagem seja absolutamente um poço de distorções e erros, incapacitado social para um único acerto, mas capacitado para conduzir por anos a fio uma massa enorme de indivíduos que cegamente o seguem?

É inteligente fazer um julgamento político da Rússia soviética, encimado em versões distorcidas assumidas como *argumentos da autoridade*, perpassados pelo preconceito burguês contra a luta do proletariado para apear a burguesia do poder e contra a revolução socialista que ainda viceja na consciência dos militantes da esquerda revolucionária deste país?

Não se pode compreender com rigor científico e histórico o período precitado da sociedade soviética usando lentes que impedem enxergar a reação dos grupos derrotados no seio do Partido bolchevique ainda sob a direção de Lenin e, posteriormente, sobre a direção de Stalin.

Com outras lentes é possível visualizar o confronto entre princípios filosóficos cuja resultante interna era a colaboração de classes e, externa, a aliança com os governos inglês, norte-americano, alemão e japonês. A política colaboracionista evoluiu para ações clandestinas contra o Estado Soviético com objetivos muito claros: *apear* Stalin da direção do Partido, *liquidar* os bolcheviques, *demolir* a ideologia hegemônica no interior do Partido e do Estado, o marxismo, e *reconstruir* a economia capitalista nas Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Segundo Anderson o "stalinismo" colocou "um capuz sobre a cultura soviética" (ANDERSON, 1989, p. 35), ou seja, o pensamento de Lenin foi esterilizado por Stalin e o "stalinismo", sempre comparado ao nazismo por seus críticos, foi apenas

uma tragédia que se abateu sobre o movimento operário europeu, pulverizando e destruindo as inovações feitas na teoria marxista. Se isto foi verdade, uma pergunta deve ser feita:

Por que ainda se dá tanta importância a Stalin e ao "stalinismo", por que continuar chutando "cachorro morto", por que será que as pessoas insistem em jogar pedra em árvore que não dá frutos palatáveis à burguesia internacional?

Se o marxismo no Ocidente ficou longe da prática operária, restrito aos muros da Academia no interior da qual surgiu o marxismo de cátedra, essa culpa não pode ser atribuída a Stalin, nem a suposta "stalinização" dos Partidos Comunistas, mas, certamente, aos vínculos de classes dos socialistas de cátedra notadamente pequenos burgueses que infestavam e ainda infestam os tecidos partidário e acadêmico.

O marxismo desvinculado da prática operária e transformado em "marxismo de cátedra" foi demudado em "teoria esotérica" cuja linguagem altamente técnica era a exata medida do distanciamento político entre os intelectuais pequenos burgueses e os movimentos populares. Esse "teoricismo esotérico" revelava e ainda revela a obscura e enigmática fragmentação, labirinto hermético insondável justificado por evasivas retóricas. Objetivo dos "marxistas de cátedra": erguer uma fenda abissal de pelo menos cinquenta anos entre Marx, Engels, Lenin e Stalin e o terreno da revolução popular.

Curiosamente, afirma-se aqui e alhures que a teoria marxista foi distanciada da luta do proletariado, sendo inequivocamente substituída por uma acoplagem de teorias burguesas ao marxismo. Essa situação teria sido decorrente da suposta "stalinização do movimento comunista" em virtude do enfraquecimento da "cultura socialista", debilitada ou até mesmo paralisada pela repressão stalinista.

Pensando assim, a esquerda brasileira atribui a Stalin a responsabilidade pelo existencialismo de Sartre, pela influência de Lacan e Bachelard sobre Althusser; pela contribuição de Piaget a Goldmann, ou seja, por todas as "inovações" peculiares, específicas do "marxismo ocidental" e cujo objetivo central era depurar o marxismo de sua *anima* revolucionária, transformando Marx e Engels em intelectuais comunistas inofensivos ao capital. É possível admirar Lefebvre, Sartre, Marcuse, Bachelard, Freud, Adorno, Horkheimer dentre outros renomados intelectuais, mas sem perder de vista que eles não ajudam à realização da *ação revolucionária*, ao contrário, atrapalham.

O marxismo desfigurado

Ao negar a prática como critério de verdade e de falsidade de uma teoria, o "marxismo ocidental" propiciou o surgimento de uma mixórdia intelectual que, no final do século XX e no dealbar do século XXI, prenuncia a morte da arte de sonhar o impossível.

Como uma dentre tantas outras formas banais e burguesas de pensar o homem, a sociedade e a história, o "marxismo ocidental" é inofensivo à classe dominante, pois se comporta como um peixe fora d'água na luta pela edificação de uma formação social e econômica sem classes. O "marxismo ocidental" confunde as novas gerações, submete a crítica e a ação revolucionária à execução pública e oculta que a real libertação do trabalho das grilhetas do capital, após a qual o trabalhador colherá as flores vivas, não acontecerá sem uma revolução.

A configuração da imprescindibilidade do marxismo na luta proletária pela edificação da sociedade socialista é intolerável à ruminação acadêmica e filosófica. Essa ruminação tem sido levada ao fim e ao cabo por intelectuais que agem no seu dia a dia inculcando nas novas gerações os dogmas da ideologia dominante.

Não é por causa de Stalin que o "marxismo ocidental" encontrou refúgio seguro nas Universidades burguesas. Stalin não pode ser culpado do distanciamento do "marxismo ocidental" do proletariado. Não é por causa de Stalin que o "marxismo ocidental" estreita a teoria de Marx e Engels como se ela tivesse sido concebida fora da luta de classe contra classe. É conclusivo afirmar que os arquitetos do "marxismo ocidental" são absolutamente menores que Marx, Engels, Lenin, Stalin e outros revolucionários.

Verso e controvérsia

"Novas" acusações são feitas contra Stalin, responsabilizando-o pelos erros e tropeços da economia soviética, eliminação da "Velha Guarda" e da vanguarda proletária soviética nos anos trinta do século XX. Tais afirmações são manifestações da erudição de "intelectuais" sequiosos de conhecimentos construídos pela união de pedaços disjuntos de nada.

A satanização de Stalin é levada a termo aqui e alhures por editoras e órgãos de comunicação a serviço da burguesia. Os "intelectuais" supostamente comprometidos com os ideais de transformação da sociedade julgam as experiências da ex-União Soviética a partir de versões distorcidas e dos preconceitos burgueses sobre a luta da classe operária e trabalhadores em geral e sobre o movimento comunista internacional em particular.

Não se deram conta que a Rússia após Stalin caiu nas mãos dos grupelhos revisionistas rendidos aos interesses dos capitalistas russos e dos *kulaks* amparados pela moderna Entente (OTAN) e cujos exemplos marcantes são Nikita Khrushchov, Leonid Brejnev, Mikhail Gorbachev, Boris Yeltsin, Vladimir Putin e Dmitri Medvedev – mandaletes do capitalismo.

Por não entender o realmente ocorrido na ex-URSS e no Leste Europeu

entre 1924 e 1953, a propaganda anticomunista assume o distanciamento da verdade construída pelas lutas dos povos soviéticos, bem como se distancia do ideário comunista. Neste sentido, "tudo o que rebaixa a ideologia socialista, tudo o que se afasta dela significa fortalecer a ideologia burguesa" (LENIN, 1977, p. 398).

A ruminância sobre o "stalinismo" e sobre a "stalinização" dos Partidos Comunista ocidentais, num clima de retrogradação como o que se observa hoje em escala mundial, é um desserviço à causa do socialismo científico e, sobretudo, por engrossar o caudal existencial dos intelectuais que referendam o *continuum* da cidade do capital onde o trabalho permanece escravizado.

Sobre o Marechal de Ferro, eu diria que a ideologia da prática da direção política do Comitê Central do PCUS, em determinado momento da história da URSS, quando se tornou visível no que foi convencionado chamar de *culto da personalidade*, não pode ser analisada como se Stalin por si só pudesse produzir a ideologia de seu culto ou o culto à sua "personalidade". Este equívoco compromete as mais diversas "análises" feitas sobre o período da história da URSS entre 1924 e 1953.

Antes de encerrar gostaria de citar Quartim de Moraes para quem

O governo de Stalin foi o único que assumiu o risco de lutar ao lado da República espanhola. Entretanto, ao tratar deste período, em vez de evocar a participação dos soviéticos na luta do povo espanhol contra o fascismo, Ludo Martens, deixando-se levar uma vez mais pelo zelo polêmico contra o trotskismo,

consagra o oitavo capítulo a uma crítica contundente do "papel de Trotski às vésperas da II Guerra Mundial". Muito mais importante teria sido analisar o papel traidor da social-democracia na guerra civil (QUARTIM DE MORAES, 2003).

Enfim, quando a influência ideológica da classe dominante sobre os operários diminui, abrande e enfraquece, a burguesia e seus intelectuais recorrem, aqui e alhures, as mais desesperadas mentiras e calúnias.

Bibliografia

ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DEUTSCHER, I. *Stalin: biografia política*. México: Era, 1965.

LENIN, V. I. *Obras escolhidas - t.II*. Moscou: Progresso, 1977.

MARTENS, Ludo: *Stalin: um novo olhar*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MONTEFIORE, S. S. *O jovem Stalin*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MONTEFIORE, S. S. *Stalin: a corte do czar vermelho*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

QUARTIM DE MORAES, J. *Apresentação*. In MARTENS, Ludo: *Stalin: um novo olhar*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

VOLKOGONOV, D. A. *Stalin: triunfo e tragédia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. 2v.

MARX E ENGELS: SUPERAÇÃO DO IDEALISMO PELA CONCEPÇÃO MATERIALISTA E DIALÉTICA DA HISTÓRIA¹

Elza Peixoto

Entre os anos de 1842 e 1844 ocorre o encontro que inicia a estreita relação de colaboração e amizade entre Karl Heinrich Marx (Trier, 5 de maio de 1818 – Londres, 14 de março de 1883) e Friedrich Engels (Barmen, 28 de novembro de 1820 – Londres, 5 de agosto de 1895). Ambos os pensadores eram naturais da Prússia Renana. Ambos sofreram a influência do filósofo idealista Georg Wilhelm Friedrich Hegel, fizeram parte do grupo dos "jovens hegelianos", ou "hegelianos de esquerda", e foram influenciados pelo materialismo de Feuerbach. Ambos chegam à crítica a Hegel e aos novos hegelianos; à economia política e ao socialismo utópico; reconhecendo na Classe Operária "uma força caracteristicamente nova forjada pela 'revolução industrial'", sendo "o instrumento de transformação revolucionária" do capitalismo para o comunismo. Ambos percebem a necessidade de crítica da economia política em vigor no século XIX, acentuando seus limites para a explicação do capitalismo. O caminho que percorrem até chegar a esta conclusão é diferenciado, mas a necessidade de "acerto de contas" com os referenciais que estruturam sua formação é comum aos dois autores, que vão produzir, com esta finalidade, obras como: *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (MARX, 1843); *A questão judaica* (MARX, 1844); *Crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução* (MARX, 1844); *Teses sobre Feuerbach* (MARX, 1845); *A Sagrada Família* (MARX e ENGELS, 1845); *A Ideologia Alemã* (MARX e ENGELS, 1845-1946); *Miséria da Filosofia* (MARX, 1847); *Manifesto do partido comunista* (MARX e ENGELS, 1848); *Ludwig Feuerbach e fim da filosofia clássica alemã* (ENGELS, 1886).

A obra de Marx e Engels é elaborada a partir da militância política e da necessidade radical, trazida por esta militância, de crítica às elaborações teóricas que estruturam o pensamento político e econômico de seu tempo. Intentam a defesa da emancipação da classe operária da miséria imposta pelas transformações sociais e econômicas em toda a Europa, devidas ao movimento de consolidação do *capitalismo liberal burguês* como modo de produção da existência e, nesta direção, necessitam denunciar o ilusionismo produzido pelos filósofos e socialistas utópicos. Neste processo os fundadores da *Concepção Materialista e Dialética da História* realizam uma crítica radical e superadora àquilo que há de mais atrasado (a monarquia absolutista, a religião, o obscurantismo) e mais avançado no século XIX: (a filosofia alemã, a dialética idealista de Hegel, aos novos hegelianos; à economia política inglesa – como a toda a ciência burguesa; e ao socialismo francês (Lenin, 1979; Lenin, 1986, p. 35 a 39; Lombardi, 1993, p. 313).

Wenceslao Roces (1982) fornece um relato sintético dos embates travados por Marx e Engels:

Uma das facetas mais importantes da atividade de Marx e Engels, que deixou uma marca indelével em seus escritos e que deu vida a obras suas fundamentais, é a batalha constante contra todas as correntes e atuações deformadoras da doutrina da libertação. Nela se defendem e, ao mesmo tempo, se aprofundam e se esclarecem os fundamentos de sua concepção. Se a teoria é para eles a luz que ilumina os caminhos

da prática – a arma da luta forjada na prática mesma – é obrigatório que esta teoria se mantenha incólume, que essa arma não se rompa, para que na hora da ação cumpra sua missão. Toda a sua obra é, desde o primeiro dia, uma briga incessante pela pureza e integridade dos fundamentos ideológicos que asseguram a vitória sobre a paralisação e o retrocesso, contra todos os intentos, deliberados ou não, de corrupção e tergiversação dos princípios irrenunciáveis. Luta, primeiro, contra os vaidosos hegelianos, que, de costas para a realidade, pretendiam soberbamente ditar ao mundo suas olímpicas idéias: *A sagrada família*, *A Ideologia Alemã*. Depois, ou paralelamente com isso, luta contra Feuerbach, que em um determinado momento lhes havia ajudado a ver claro, mas sem querer seguir adiante: *Teses sobre Feuerbach*, de Marx, capítulo sobre Feuerbach em *Ideologia Alemã* e *Ludwig Feuerbach*, de Engels. Luta contra Proudhon, para quem a história deveria marchar para trás, e não para adiante: *Miséria da filosofia*. Luta contra os reacionários paladinos do socialismo "verdadeiro", do "socialismo" feudal e cristão: apêndice ao *Manifesto Comunista* e dezenas de escritos mais. Luta pela unidade do partido e contra seus desvios irresponsáveis: *Circular contra Kriege*, contra os divisionistas da Liga dos Comunistas e da Internacional. Luta contra os professores confusionistas que levam ao partido operário as misturas desconexas do positivismo, o neokantismo e outras filosofias turvadoras da consciência combativa: *Anti-Dühring*. A luta inflamada contra o bacuninismo na Primeira Internacional, que haveria de corromper e entorpecer tão desastrosamente os movimentos proletários de alguns países: *As supostas divisões na Internacional*, *Os bacuninistas em ação* e tantos outros documentos deste período. Luta contra as correntes do oportunismo e o reformismo, que aglutinadas mais tarde sob o signo do revisionismo, tratam de matar a raiz revolucionária do marxismo, fazendo dele uma doutrina apta para os governos da classe exploradora; luta contra Lassalle, contra Schweitzer e tantos mais: *Crítica ao programa de Gotha*, e assim sucessivamente.

Em todos estes trabalhos, a crítica certa, arrazoada, incisiva, demolidora. Mas, junto com ela e em contraste com ela, a exposição positiva dos fundamentos, iluminada sempre com as lições da história e a apelação às realidades vivas (ROCES, 1982, p. XIX).

É na produção da década de 40 que encontramos os primeiros textos que expõem a concepção dos autores quanto à conexão entre a *produção de idéias* e a *produção material da existência*, estando aí a *localização das bases teórico-metodológicas que Marx e Engels lançam para a crítica das idéias produzidas em seu tempo* e o *modo como vão explicar as bases materiais nas quais estas idéias são produzidas, construindo a concepção materialista e dialética da história* (ROCES, 1982).

As elaborações iniciais de Marx e Engels a respeito da produção de idéias como fruto da produção material da existência vão ocorrer em um processo de

militância e crítica à conjuntura político-econômica alemã, à correlação de forças em embate nesta conjuntura e à produção teórica daí decorrente. Encontramos entre suas obras, textos que analisam o momento histórico alemão no contexto da conjuntura européia da década de quarenta do século XIX, como, por exemplo, os artigos escritos por Marx para a *Rheinische Zeitung* debatendo as posições da *VI Dieta² Renana* relativas à *censura* e à *lei sobre o roubo de lenha* (1842-1843); ou o texto *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*, no qual Marx apresenta a *Crítica à filosofia do Direito de Hegel* avaliando a filosofia alemã a partir das condições objetivas postas naquela fragmentada e atrasada *Confederação de Estados*; ou as cartas de Engels *Al Redactor del Northern Star* – jornal Inglês; ou o manuscrito *El status quo em Alemania*, no qual Engels faz uma primorosa avaliação da conjuntura Alemã fundamentada numa radical retrospectiva histórica, estabelecendo relações entre os limites e avanços da literatura nacional frente ao marasmo advindo da *reação continental*.

Partidários do progresso trazido pelas Revoluções Francesa e Industrial, Marx e Engels viam com desaprovação a paixão alemã pelo *Antigo Regime* e pela devoção religiosa, definindo como anacrônicas, "velhas e putrefactas" as condições reinantes na Alemanha. Faziam a crítica aberta ao posicionamento das diferentes forças em confronto na conjuntura de seu país, avaliando as posições políticas dos agrupamentos sociais (o *status quo* - nobreza e burocracia; a burguesia; o proletariado alemão; o campesinato; os socialistas verdadeiros ou socialistas reacionários; os comunistas) à luz da situação política na França. Posicionam-se ante essa conjuntura atrasada, na qual a nobreza aferra-se ao *Antigo Regime* feudal evitando sob todas as formas sua superação; na qual a pequena burguesia, letárgica e interessada apenas em seus interesses privados, que durante muito tempo procurou "não intrometer-se nos negócios políticos do Estado" não consegue reunir forças suficientes para tomar o Estado, permanecendo os seus interesses subordinados aos interesses da nobreza feudal alemã até princípios do século XIX quando se forma a burguesia; na qual "o movimento democrático das classes trabalhadoras permanece subordinado ao movimento liberal da burguesia"; na qual o campesinato se sente oprimido pelo velho regime feudal, mas cujo descontentamento necessita de um estímulo para explodir em uma rebelião aberta; na qual os intelectuais mantêm-se na tradição de "uma nação de gentes teóricas, pouco versadas na prática"; na qual os partidos existentes são confusos, divididos por "sutilezas ideológicas", incapazes de "manter uma atitude prática ante os interesses que representam e ante a tática que devem seguir".

Em sua análise crítica aguçada e radical da correlação de forças na Alemanha, procuram as bases para a revolução que derrubará naquele país as estruturas arcaicas e apodrecidas do *Antigo Regime*. São os levantes proletários e a organização comunista quem apontam perspectivas de revolução e é a esta tarefa que vão dedicar o restante de suas vidas, colaborando efetivamente para a organização da classe trabalhadora na Europa e em todo o mundo. Especificamente, é a consciência do avanço das forças produtivas que gera abundância e exclusão de grande parte da população a esta abundância que faz Marx e Engels acreditarem que era dado o momento da revolução proletária que permitiria a implantação do comunismo.

É em *A Ideologia Alemã*, segunda obra conjunta escrita por Marx e Engels, produzida entre 1845 e 1846, com a finalidade de crítica radical à filosofia alemã de Hegel e dos *jovens hegelianos* (Ludwig FEUERBACH, Bruno BAUER e Max STIRNER) e ao *socialismo alemão* (Saint-Simonismo; Fourierismo), que são delineados os pressupostos da *Concepção Materialista e Dialética da História* enquanto teoria científica para a interpretação da história e da totalidade social em suas contradições, em busca das bases objetivas indicativas das demandas pela revolução. Neste processo, toda a produção humana (incluindo a história, a sociedade, a religião e as idéias em geral) aparece **primeiro** como dependente da existência concreta dos homens; **segundo** condicionada pelo modo como os homens produzem sua existência, ou seja, pelo estágio de desenvolvimento e de organização das forças produtivas e das relações de produção. Apenas à luz da história do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção seria possível compreender as condições objetivas explicativas de *tudo o que há* em um dado momento histórico e as possibilidades concretas de sua superação.

Neste contexto, produzem a crítica a toda a lógica predominante no pensamento alemão, principalmente entre os jovens hegelianos, de que transformar o pensamento resultará na transformação da realidade existente, de que o raciocínio "provocará necessariamente a queda do estado de coisas existente, quer pelo simples poder do seu pensamento individual quer por tentarem conquistar a consciência de todos" (MARX e ENGELS, 1974, p. 7-9). Os autores refutam esta tese central do idealismo propondo sua contraposição por uma tese materialista: a possibilidade de revolução é construída nas

condições objetivas de produção da existência; a consciência, as idéias, são frutos das transformações decorrentes da busca humana pela produção de sua existência, a revolução só pode ocorrer nas bases objetivas de produção da existência.

Na forma de *anotações gerais*, os traços mais gerais desta teoria precedem, em *A Ideologia Alemã*, à crítica a Feuerbach. Nesta exposição Marx e Engels vão **apresentar as premissas**, as condições, de que partem e que os orienta (1) para a crítica ao idealismo predominante na *Ideologia Alemã* (crítica centrada nos pensamentos de Feuerbach, Bauer e Stirner); (2) para a crítica à concepção de história narrativa factual (PAULO NETO, 2000, p. 50-64) predominante até aquele momento; (3) para a defesa da tese de que os homens fazem a sua história a partir das condições objetivas que encontram (inclusive sua constituição corporal complexa) e (4) para a constatação da história como ciência universal - passível de ser verificada empiricamente - sob os princípios do materialismo e da dialética.

A primeira destas premissas é a existência de uma realidade externa e anterior ao pensamento humano, passível de constatação, "*verificáveis por vias puramente empíricas*". A seguir, a própria existência de indivíduos reais, "*a sua ação e as suas condições materiais da existência, quer se trate daquelas que encontrou já elaboradas quando do seu aparecimento quer das que ele próprio criou*". Para que possa existir uma história humana, é condição a "*existência de indivíduos vivos*", corporalmente complexos, condicionados a estabelecer relações obrigatórias com a natureza. E o primeiro ato histórico que empreendem é "*produzirem os seus meios de existência*" (1974, p. 18) a partir dos meios naturais com os quais se deparam no instante em que aparecem.

Em combate com os "fantasmas" produzidos pelo pensamento fundado no idealismo, Marx e Engels enfatizam que estas premissas de que partem "*não constituem bases arbitrárias, nem dogmas*" sendo bases reais, constatáveis na realidade objetiva, empiricamente; "*bases reais de que só é possível abstrair na imaginação*" (1974, p. 18).

Pode-se referir a consciência, a religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém, esta distinção só começa a existir quando os homens iniciam a *produção* dos seus meios de vida, passo em frente que é consequência da sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.

A forma como os homens produzem esses meios depende em primeiro lugar da natureza, isto é, dos meios de existência já elaborados e que lhes é necessário reproduzir; mas não deveremos considerar esse modo de produção deste único ponto de vista, isto é, enquanto mera reprodução da existência física dos indivíduos. Pelo contrário, já constitui um modo determinado de actividade de tais indivíduos, uma forma determinada de manifestar a sua vida, um *modo de vida* determinado. A forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflecte muito exactamente aquilo que são. O que são coincide portanto com a sua produção, isto é, tanto com aquilo *que* produzem como com a forma *como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende portanto das condições materiais da sua produção.

Esta produção só aparece com o *aumento da população* e pressupõe a existência de *relações* entre os indivíduos. A forma dessas relações é por sua vez condicionada pela produção (MARX e ENGELS, 1974, p. 19).

Todo o pensamento de Marx e Engels, toda a discussão que farão acerca dos mais variados temas, parte desta premissa da anterioridade da produção da existência em relação ao pensamento, o que determina toda a análise que farão do desenvolvimento histórico do capitalismo (*O capital* e *História da família, da propriedade privada e do Estado*); dos conflitos de interesse entre capital/burguesia e trabalho/classe trabalhadora (*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, *O trabalho alienado*, *Manifesto do partido comunista*, *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*, *Lutas de classe em França*, *O capital*), da expressão destes conflitos na produção de idéias (*A Ideologia Alemã*, *Anti-Dühring*, *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, *Dialética da natureza*), da possibilidade de revolução (*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*, *A ideologia alemã*, *Manifesto do partido comunista*, *Lutas de classe em França* etc.).

Os estudos do lazer têm partido da *negação* ou da *afirmação* do trabalho para se estabelecer nos esforços de interpretação e explicação da problemática do lazer. Nos dois contextos ocorre a apropriação da obra de Marx e Engels. No primeiro caso, esta apropriação parte de uma *ontologia idealista*, afirmando

que Marx, ao estabelecer a centralidade do trabalho, estava orientado pela ética puritana, não conseguindo se desprender da ode à produtividade, o que demonstra claramente o desconhecimento da centralidade do trabalho na produção da existência e no desenvolvimento da humanidade. No segundo caso, delinea-se uma ontologia materialista, na qual a apropriação da obra de Marx e Engels não consegue se desprender da dimensão do *trabalho explorado, alienado, estranhado* a fim de compreender as possibilidades abertas pela obra de Marx e Engels para a compreensão do contexto mais amplo que determina a necessidade de revolução do modo de produção capitalista, subjacente à forma que o trabalho assume neste contexto.

O trabalho alienado é fruto de relações de produção nas quais o processo produtivo como um todo e as forças produtivas estão sob a propriedade privada da burguesia, e no qual o trabalho realiza-se condicionado e determinado pelos interesses do burguês, na condição de proprietário dos meios de produção. No conflito de interesses que vai determinar a luta de classes no seio do capitalismo está a explicação para a produção histórica do tempo livre do trabalho explorado e todas as políticas e projetos para este tempo que se delineiam a partir de então. É à luz da luta de classes subjacente ao modo de produção capitalista, no qual os projetos da burguesia e da classe trabalhadora serão sempre antagônicos e conflitantes, que devemos buscar a explicação para a problemática do lazer. Nesta direção, assume centralidade para a compreensão da problemática do lazer a análise do *modo de produção* capitalista. É a categoria *modo de produção* que permite compreender a totalidade das relações contraditórias e dialéticas nas quais o trabalho para a produção da existência se dá alienado; a totalidade das relações contraditórias e dialéticas nas quais a fruição do tempo livre (e nele, o lazer) aparece, ao mesmo tempo, como continuidade (na forma do lazer alienado, reduzido ao consumo obsessivo e obcecado de práticas, objetos e símbolos) e possibilidade de ruptura (na forma da constatação da condição miserável na qual vivem os homens no modo capitalista de produção). Nesta configuração, evidencia-se que apenas a revolução do modo de produção pode suprimir o trabalho alienado, e todas as formas de fruição do lazer dele decorrentes.

Notas:

- 1 - Extraído de: PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça. Estudos do lazer no Brasil: apropriação da obra de Marx e Engels. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. 2007.
- 2 - A Dieta é o órgão representativo da Confederação de Estados Alemães, cujos embaixadores são delegados exclusivamente pelos governos sem a participação popular (Engels, op. Cit, p. 578)
- 3 - Tenho conhecimento de duas traduções deste extrato dos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*. Uma primeira tradução efetuada por Viktor von Ehrenreich, publicada na coletânea *Marx e Engels: História*, organizada por Florestan Fernandes e publicada pela Ática em 1989; uma segunda tradução de Jesus Ranieri publicada na Revista *Idéias*, Ano 9 (2), N. 10 (1)

de 2003. Há uma polêmica quanto à tradução de *Entäusserung* e *Entfremdung* que faz com que Ranieri nomeie o texto como *Trabalho Estranhado* e não *Trabalho Alienado* como consta na tradução de Ehrenreich. A justificativa utilizada pelo autor é a seguinte: "*Nesta tradução optamos por chamar de alienação (ou exteriorização) a palavra alemã Entäusserung, e de estranhamento a palavra Entfremdung. Somente a segunda tem o sentido forte e negativo atribuído em geral à alienação, ao passo que exteriorização significa atividade, objetivação, e é ineliminável do contexto histórico do fazer-se homem do homem, o que Marx deixa claro ao indicar o estranhamento como forma específica de exteriorização humana, especialmente sob o domínio do trabalho assalariado sob o capitalismo*". (Ranieri, In nota ao *Trabalho Estranhado*, Marx, 2003).

Referências:

- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- HOBSBAWM, Erick. *A Era das Revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HOBSBAWM, Eric J. Marx e a história. In: _____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOBSBAWM, Eric J. Marx, Engels e o socialismo pré-marxiano. In: HOBSBAWM, Eric J. *História do Marxismo: O marxismo no tempo de Marx*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz E Terra, 1983. p. 33-66.
- LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo. 2. ed. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 1979. 78 p.
- LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. Friedrich Engels. In: V. I. Lenine: obras escolhidas. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. v. 1.
- LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. Karl Marx (Breve nota biográfica com uma exposição do marxismo). In: V. I. Lenine: obras escolhidas. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. v. 1.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa Ômega, 1980c. 3 v.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PAULO NETTO, José. De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos. _____. *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004.
- PAULO NETTO, José. Relendo a teoria marxista da história. IN SANFELICE, José Luis; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. *História e história da educação*. 2 ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2000.
- ROCES, Wenceslao. Prólogo. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederico. *Obras Fundamentais: Engels: escritos de juventud*. México: Fondo de Cultura Económica, 1981. p. VII-XVIII. (Volume 2).
- ROCES, Wenceslao. Prólogo. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederico. *Obras Fundamentais: Carlos Marx: Escritos de Juventud*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. p. VII-XVI. (Volume 1).

LUTA DE CLASSES E LUTA POLÍTICA

Karl Marx - Abril 1847

A grande indústria aglomera num mesmo local uma multidão de pessoas que não se conhecem. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, este interesse comum que têm contra o seu patrão, os reúne num mesmo pensamento de resistência - coalizão. A coalizão, pois, tem sempre um duplo objetivo: fazer cessar entre elas a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção do salário, à medida que os capitalistas, por seu turno, se reúnem em um mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agrupam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se para elas mais importante que a manutenção do salário. [...] Nessa luta - verdadeira guerra civil -, reúnem-se e se desenvolvem todos os elementos necessários a uma batalha futura. Uma vez chegada a esse ponto, a associação adquire um caráter político.

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, em face do capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, [...], essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tomam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política.

[...] Uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo entre classes. A libertação da classe oprimida implica, pois, necessariamente, a criação de uma sociedade nova. Pra que a classe oprimida possa libertar-se, é preciso que os poderes produtivos já adquiridos e as relações sociais existentes não possam mais existir uns ao lados de outras. De todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é a classe revolucionária mesma.

A organização dos elementos revolucionários como classe supõe a existência de todas as forças produtivas que poderiam se engendrar no seio da sociedade antiga.

Isso significa que, após a ruína da velha sociedade, haverá uma nova dominação de classe, resumindo-se em um novo poder político? Não. A condição da libertação da classe laboriosa é a abolição de toda classe, assim como a condição da libertação do terceiro estado, da ordem burguesa, foi a abolição de todos os estados [aqui, estado significa as ordens da sociedade feudal] e de todas as ordens.

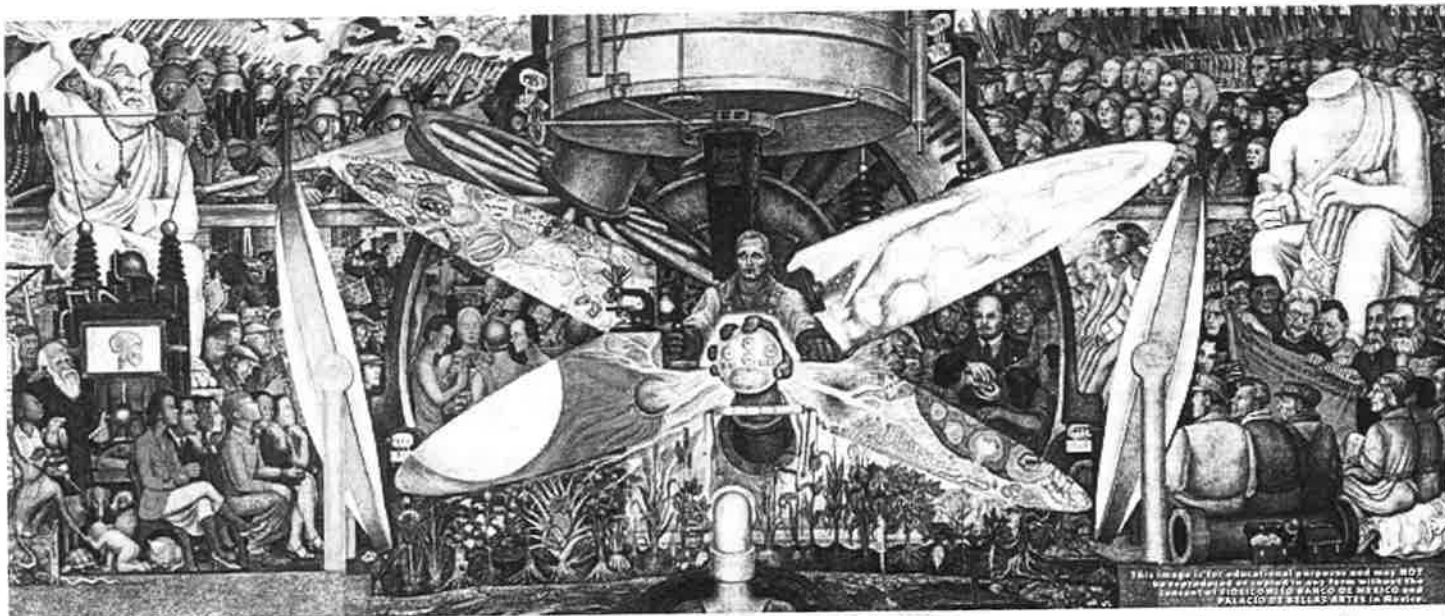
A classe laboriosa substituirá, no curso do seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo, e não haverá mais poder político propriamente dito, já que o poder político é o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil.

Entretanto, o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de uma classe contra outra, luta que, levada à sua expressão mais alta, é uma revolução total. [...] Não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Não há, jamais, movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social.

Somente numa ordem de coisas em que não existam mais classes e antagonismos entre classes as evoluções sociais deixarão de ser revoluções políticas. Até lá, às vésperas de cada reorganização geral da sociedade, a última palavra da ciência social será sempre: "O combate ou a morte: a luta sangüinária ou nada. É assim que a questão está irresistivelmente posta".

Texto extraído de:

Marxista Internet Archives (MIA) Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm> Acesso em: 08 de dezembro de 2008



DISCURSO SOBRE A ACÇÃO POLÍTICA DA CLASSE OPERÁRIA¹

[Pronunciado na Conferência de Londres]

Friedrich Engels
21 de Setembro de 1871

A abstenção absoluta em matéria política é impossível; por isso, todos os jornais abstencionistas fazem política. Trata-se apenas de como se a faz e de qual. Quanto ao resto, para nós, a abstenção é impossível. O partido operário existe já como partido político na maior parte dos países. Não nos compete arruiná-lo, pregando a abstenção. A experiência da vida actual, a opressão política que lhes é imposta pelos governos existentes para fins quer políticos quer sociais, forçam os operários a ocuparem-se de política, quer eles queiram quer não. Pregar-lhes a abstenção seria empurrá-los para os braços da política burguesa. A seguir à Comuna de Paris, sobretudo, que pôs a acção política do proletariado na ordem do dia, a abstenção é completamente impossível.

Nós queremos a abolição das classes. Qual é o meio de a ela chegar? A dominação política do proletariado, e quando todas as partes estão de acordo com isso, pedem-nos para não nos metermos em política! Todos os abstencionistas se dizem revolucionários e mesmo revolucionários por excelência. Mas a revolução é o acto supremo da política; quem a quer tem de querer o meio, a acção política, que a prepara, que dá aos operários a educação para a revolução, e sem a qual os operários, no dia a seguir à luta, serão sempre os enganados pelos Favre e pelos Pyat. Mas a política que é preciso fazer é a política operária; é preciso que o partido operário seja constituído não como a cauda de qualquer partido burguês mas como partido independente que tem o seu objectivo, a sua política própria.

As liberdades políticas, o direito de reunião e de associação e a liberdade de imprensa, eis as nossas armas; e deveríamos cruzar os braços e abstermo-nos se no-las querem tirar? Diz-se que todo o acto político implica que se

reconheça o estado existente das coisas. Mas quando esse estado das coisas nos dá meios para protestar contra ele, usar esses meios não é reconhecer o estado existente.

Notas de fim de tomo:

1. A Conferência de Londres da I Internacional teve lugar entre 17 e 23 de Setembro de 1871. Foi convocada sob o clima de repressão brutal que se abateu sobre os membros da Internacional após a queda da Comuna de Paris, e o número de participantes foi bastante restrito: 22 delegados com voto deliberativo e 10 com voto consultivo. Os países que não puderam enviar delegados seus foram representados pelos secretários correspondentes do Conselho Geral. Marx representava a Alemanha, Engels a Itália.

A questão da acção política da classe operária foi o principal tema dos trabalhos da Conferência de Londres e foi analisada em todos os aspectos nos discursos de Marx e Engels. A Conferência aprovou a resolução «Sobre a Acção Política da Classe Operária», cuja parte principal foi, por decisão do Congresso da Haia, incluída nos Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores. Várias resoluções da Conferência visavam os bakuninistas, que tentavam cindir a Internacional. (retornar ao texto)

Texto extraído de:

Marxista Internet Archives (MIA) Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm> Acesso em: 08 de dezembro de 2008

PRINCÍPIOS BÁSICOS DO COMUNISMO

Friedrich Engels
Novembro de 1847

1.ª Pergunta: Que é o comunismo?

Resposta: O comunismo é a doutrina das condições de libertação do proletariado.

2.ª Pergunta: Que é o proletariado?

R[esposta]: O proletariado é aquela classe da sociedade que tira o seu sustento única e somente da venda do seu trabalho e não do lucro de qualquer capital; [aquela classe] cujo bem e cujo sofrimento, cuja vida e cuja morte, cuja total existência dependem da procura do trabalho e, portanto, da alternância dos bons e dos maus tempos para o negócio, das flutuações de uma concorrência desenfreada. Numa palavra, o proletariado ou a classe dos proletários é a classe trabalhadora do século XIX.

3.ª Pergunta: Portanto, nem sempre houve proletários?

R[esposta]: Não. Classes pobres e trabalhadoras sempre houve; e as classes trabalhadoras eram, na maioria dos casos, pobres. Mas nem sempre houve estes pobres, estes operários vivendo nas condições que acabamos de assinalar, portanto, [nem sempre houve] proletários, do mesmo modo que a concorrência nem sempre foi livre e desenfreada.

4.ª Pergunta: Como é que apareceu o proletariado?

R[esposta]: O proletariado apareceu com a revolução industrial, que se processou em Inglaterra na segunda metade do século passado e que, desde então, se repetiu em todos os países civilizados do mundo. Esta revolução industrial foi ocasionada pela invenção da máquina a vapor, das várias máquinas

de fiar, do tear mecânico e de toda uma série de outros aparelhos mecânicos. Estas máquinas, que eram muito caras e, portanto, só podiam ser adquiridas pelos grandes capitalistas, transformaram todo o modo de produção anterior e suplantaram os antigos operários, na medida em que as máquinas forneciam mercadorias mais baratas e melhores do que as que os operários podiam produzir com as suas rodas de fiar e teares imperfeitos. Estas máquinas colocaram, assim, a indústria totalmente nas mãos dos grandes capitalistas e tornaram a escassa propriedade dos operários (ferramentas, teares, etc.) completamente sem valor, de tal modo que, em breve, os capitalistas tomaram tudo nas suas mãos e os operários ficaram sem nada. Assim se instaurou na confecção de tecidos o sistema fabril. Uma vez dado o impulso para a introdução da maquinaria e do sistema fabril, este sistema foi também muito rapidamente aplicado a todos os restantes ramos da indústria, nomeadamente, à estampagem de tecido e à impressão de livros, à olaria, à indústria metalúrgica. O trabalho foi cada vez mais dividido entre cada um dos operários, de tal modo que o operário que anteriormente fizera toda uma peça de trabalho agora passou a fazer apenas uma parte dessa peça. Esta divisão do trabalho tornou possível que os produtos fossem fornecidos mais depressa e, portanto, mais baratos. Ela reduziu a actividade de cada operário a um gesto mecânico muito simples, repetido mecanicamente a cada instante, o qual podia ser feito por uma máquina não apenas tão bem, mas ainda muito melhor. Deste modo, todos estes ramos da indústria caíram, um após outro, sob o domínio da força do vapor, da maquinaria e do sistema fabril, da mesma maneira que a fiação e a tecelagem.

Mas por este facto elas caíram, ao mesmo tempo, completamente nas mãos dos grandes capitalistas e aos operários foi assim retirado também o último resto de independência. Pouco a pouco, para além da própria manufactura, também o artesanato caiu cada vez mais sob o domínio do sistema fabril, uma vez que, aqui também, os grandes capitalistas suplantaram os pequenos mestres por meio da montagem de grandes oficinas, com as quais muitos custos eram poupados e o trabalho podia igualmente ser dividido. Chegamos assim a que, nos países civilizados, quase todos os ramos de trabalho são explorados segundo o modelo fabril e, em quase todos os ramos de trabalho, o artesanato e a manufactura foram suplantados pela grande indústria.

Por isso, a antiga classe média, em especial os pequenos mestres artesãos, fica cada vez mais arruinada, a anterior situação dos operários fica completamente transformada e constituem-se duas novas classes, que a pouco e pouco absorvem todas as restantes, a saber:

1. A classe dos grandes capitalistas que, em todos os países civilizados, estão quase exclusivamente na posse de todos os meios de existência e das matérias-primas e dos instrumentos (máquinas, fábricas) necessários para a produção dos meios de existência; Esta é a classe dos burgueses, ou a burguesia.
2. A classe dos que nada possuem, os quais, em virtude disso, estão obrigados a vender o seu trabalho aos burgueses a fim de obter em troca os meios de existência necessários ao seu sustento. Esta classe chama-se a classe dos proletários, ou o proletariado.

5.ª Pergunta: Em que condições tem lugar esta venda do trabalho dos proletários aos burgueses?

R[esposta]: O trabalho é uma mercadoria como qualquer outra, e daí que o seu preço seja determinado precisamente pelas mesmas leis que o de qualquer outra mercadoria. O preço de uma mercadoria, sob o domínio da grande indústria ou da livre concorrência – o que, como veremos, vem a dar ao mesmo –, é, porém, em média, sempre igual aos custos de produção dessa mercadoria. O preço do trabalho é, portanto, também igual aos custos de produção do trabalho. Os custos de produção do trabalho consistem, porém, precisamente, em tantos meios de existência quantos os [que são] necessários para manter os operários em condições de continuar a trabalhar e para não deixar extinguir-se a classe operária. O operário não obterá, portanto, pelo seu trabalho mais do que aquilo que é necessário para esse fim; o preço do trabalho, ou o salário, será, portanto, o mais baixo possível, o mínimo que é necessário para o sustento. Pelo facto de que, porém, os tempos ora são piores, ora são melhores, para o negócio, o operário ora receberá mais, ora receberá menos, tal como o fabricante receberá ora mais, ora menos, pela sua mercadoria. Do mesmo modo, porém, que o fabricante, na média dos tempos bons e dos [tempos] maus para o negócio, não obtém pela sua mercadoria nem mais nem menos do que os seus custos de produção, também o operário, em média, não receberá nem mais nem menos do que aquele mesmo mínimo. Esta lei económica do salário realizar-se-á tanto mais rigorosamente quanto mais a grande indústria se for apoderando de todos os ramos do trabalho.

6.ª Pergunta: Que classes de trabalhadores houve antes da revolução industrial?

R[esposta]: Consoante as diversas etapas de desenvolvimento da sociedade, assim as classes trabalhadoras viveram em condições diversas e tiveram posições diversas relativamente às classes proprietárias e dominantes. Na Antiguidade, os trabalhadores eram escravos dos proprietários, como ainda o são em muitos países atrasados e, inclusive mente, na parte sul dos Estados Unidos. Na Idade Média eram servos dos nobres proprietários de terras, como ainda o são na Hungria, na Polónia e na Rússia. Na Idade Média, e até à revolução industrial, houve ainda, além disso, nas cidades, oficiais artesãos que trabalhavam ao serviço de mestres pequeno-burgueses e, a pouco e pouco, com o desenvolvimento da manufactura, apareceram os operários das manufacturas que eram já empregados por grandes capitalistas.

7.ª Pergunta: Como se diferencia o proletário do escravo?

R[esposta]: O escravo está vendido de uma vez para sempre; o proletário tem de se vender a si próprio diariamente e hora a hora. O indivíduo escravo, propriedade de um senhor, tem uma existência assegurada, por muito miserável que seja, em virtude do interesse do senhor; o indivíduo proletário – propriedade, por assim dizer, de toda a classe burguesa –, a quem o trabalho só é comprado quando alguém dele precisa, não tem a existência assegurada. Esta existência está apenas assegurada a toda a classe dos proletários. O escravo está fora da concorrência, o proletário está dentro dela e sente todas as suas flutuações. O escravo vale como uma coisa, não como um membro da sociedade civil; o proletário é reconhecido como pessoa, como membro da sociedade civil. O escravo pode, portanto, levar uma existência melhor do que a do proletário, mas o proletário pertence a uma etapa superior do desenvolvimento da sociedade e está ele próprio numa etapa superior à do escravo. O escravo liberta-se ao abolir, de entre todas as relações de propriedade privada, apenas a relação de escravatura e ao tomar-se, assim, ele próprio proletário; o proletário só pode libertar-se ao abolir a propriedade privada em geral.

8.ª Pergunta: Como se diferencia o proletário do servo?

R[esposta]: O servo tem a posse e o usufruto de um instrumento de produção, de uma porção de terra, contra a entrega de uma parte do produto, ou contra a prestação de trabalho. O proletário trabalha com instrumentos de produção de outrem por conta desse outrem, contra o recebimento de uma parte do produto. O servo entrega, o proletário recebe. O servo tem uma existência assegurada, o proletário não a tem. O servo está fora da concorrência, o proletário está dentro dela. O servo liberta-se fugindo para as cidades e tornando-se aí artesão, ou dando ao seu amo dinheiro, em vez de trabalho e produtos, e tomando-se rendeiro livre, ou expulsando o senhor feudal e tomando-se ele próprio proprietário: em suma, entrando, de uma ou de outra maneira, na classe proprietária e na concorrência. O proletário liberta-se abolindo a concorrência, a propriedade privada e todas as diferenças de classes.

9.ª Pergunta: Como se diferencia o proletário do artesão?

R[esposta]: ¹¹

10.ª Pergunta: Como se diferencia o proletário do operário manufactureiro?

R[esposta]: O operário manufactureiro dos séculos XVI a XVIII ainda tinha quase sempre na sua posse um instrumento de produção: o seu tear, as rodas de fiar para a família, um pequeno terreno que cultivava nas horas vagas. O proletário não tem nada disso. O operário manufactureiro vive quase sempre no campo e em relações mais ou menos patriarcais com o seu amo ou patrão; o proletário vive, na maioria dos casos, em grandes cidades e está numa pura relação de dinheiro com o seu patrão. O operário manufactureiro é arrancado das suas relações patriarcais pela grande indústria, perde a propriedade que ainda possuía e só então se torna ele próprio proletário.

11.ª Pergunta: Quais foram as consequências imediatas da revolução industrial e da divisão da sociedade em burgueses e proletários?

R[esposta]: Em primeiro lugar, em todos os países do mundo, o velho sistema da manufactura ou da indústria assente na trabalho manual foi completamente destruído pelo facto de os preços dos artigos industriais se tornarem cada vez mais baratos em consequência do trabalho das máquinas. Todos os países semibárbaros, os quais, até então, tinham permanecido mais ou menos alheios ao desenvolvimento histórico, e cuja indústria, até então, assentara na manufactura, foram, desta forma, violentamente arrancados ao seu isolamento. Compraram as mercadorias mais baratas dos Ingleses e deixaram arruinar os seus próprios operários manufactureiros. Assim, países que há milénios não faziam qualquer progresso, como por exemplo a Índia, foram revolucionados de uma ponta a outra, e a própria China caminha agora para uma revolução. As coisas chegaram a tal ponto que uma nova máquina

hoje inventada na Inglaterra deixa sem pão, no espaço de um ano, milhões de operários na China. Deste modo, a grande indústria colocou em relação uns com os outros todos os povos da Terra, juntos todos os pequenos mercados locais no mercado mundial, preparou, por toda a parte, o terreno para a civilização e o progresso, de modo que tudo aquilo que acontece nos países civilizados tem de repercutir-se em todos os outros países. De tal modo, que se agora em Inglaterra ou em França, os operários se libertarem, isso terá de arrastar consigo revoluções em todos os países, as quais, mais tarde ou mais cedo, conduzirão igualmente à libertação dos operários locais.

Em segundo lugar, em toda a parte em que a grande indústria substituiu a manufatura, a burguesia desenvolveu, no mais alto grau, a sua riqueza e o seu poder, e tornou-se a primeira classe do país. A consequência disto foi que, em toda a parte onde isso aconteceu, a burguesia tomou nas suas mãos o poder político e desalojou as classes até então dominantes: a aristocracia, os burgueses das corporações e a monarquia absoluta que os representava a ambos. A burguesia aniquilou o poder da aristocracia, da nobreza, ao abolir os morgadios ou a inalienabilidade da propriedade fundiária e todos os privilégios da nobreza. Destruíu o poder dos burgueses das corporações, ao abolir as corporações e os privilégios dos artesãos. A ambos substituiu pela livre concorrência, isto é, o estado da sociedade em que cada um tem o direito de explorar qualquer ramo da indústria e em que nada o pode impedir da exploração do mesmo a não ser a falta do capital para tanto necessário. A introdução da livre concorrência e, portanto, a declaração pública de que, daí em diante, os membros da sociedade são apenas desiguais na medida em que os seus capitais são desiguais, de que o capital se tornou o poder decisivo e [de que], com isso, os capitalistas, os burgueses [se tomaram] a primeira classe da sociedade. A livre concorrência é, porém, necessária para o começo da grande indústria, porque é o único estado da sociedade em que a grande indústria pode crescer. A burguesia, depois de ter aniquilado por esta forma o poder social da nobreza e dos burgueses das corporações, aniquilou-lhes também o poder político. Assim como na sociedade se elevou a primeira classe, proclamou-se também como primeira classe politicamente. Fê-lo com a introdução do sistema representativo, que assenta na igualdade burguesa perante a lei, no reconhecimento legal da livre concorrência, e que nos países europeus foi instaurado sob a forma da monarquia constitucional. Nestas monarquias constitucionais são apenas eleitores aqueles que possuem um certo capital, ou seja, apenas os burgueses elegem os deputados, e estes deputados burgueses, por meio do direito de recusar impostos, elegem um governo burguês.

Em terceiro lugar, ela [a revolução industrial] desenvolveu por toda a parte o proletariado na mesma medida em que desenvolveu a burguesia. Na proporção em que os burgueses se tornavam mais ricos, tornavam-se os proletários mais numerosos. Uma vez que os proletários somente por meio do capital podem ter emprego e o capital só se multiplica quando emprega trabalho, a multiplicação do proletariado avança precisamente ao mesmo passo que a multiplicação do capital. Ao mesmo tempo, concentra tanto os burgueses como os proletários em grandes cidades, nas quais se torna mais vantajoso explorar a indústria, e com esta concentração de grandes massas num mesmo lugar dá ao proletariado a consciência da sua força. Além disso, quanto mais [a revolução industrial] se desenvolve, quanto mais se inventam novas máquinas que suplantam o trabalho manual, tanto mais, como já dissemos, a grande indústria reduz os salários ao seu mínimo e torna, por esse facto, a situação do proletariado cada vez mais insuportável. Deste modo, ela prepara, por um lado, com o descontentamento crescente e, por outro lado, com o poder crescente do proletariado, uma revolução da sociedade pelo proletariado.

12.ª P[ergunta]: Que outras consequências teve a revolução industrial?

R[esposta]: A grande indústria criou, com a máquina a vapor e as outras máquinas, os meios para multiplicar até ao infinito a produção industrial num tempo curto e com poucos custos. Sendo a produção tão fácil, a livre concorrência necessariamente decorrente desta grande indústria muito depressa assumiu um carácter extremamente intenso; um grande número de capitalistas lançou-se na indústria e, a breve trecho, produzia-se mais do que podia ser consumido. A consequência disso foi que as mercadorias fabricadas não podiam ser vendidas e sobreveio uma chamada crise comercial. As fábricas tiveram de ficar paradas, os fabricantes caíram na bancarrota e os operários ficaram sem pão. Por toda a parte sobreveio a maior miséria. Depois de algum tempo foram-se vendendo os produtos em excesso, as fábricas voltaram a trabalhar, o salário subiu e, pouco a pouco, os negócios passaram a ir melhor do que nunca. Mas não por muito tempo, já que de novo voltaram a produzir-se mercadorias em excesso e sobreveio uma nova crise, que seguiu precisamente o mesmo curso que a anterior. Assim, desde o começo deste século, a situação da indústria

tem oscilado continuamente entre épocas de prosperidade e épocas de crise, e quase regularmente, de cinco em cinco anos, ou de sete em sete anos, sobreveio uma destas crises, de todas as vezes conjugada com a maior miséria dos operários, com uma agitação revolucionária geral e com o maior perigo para toda a ordem vigente.

13.ª P[ergunta]: o que é que resulta destas crises comerciais que se repetem regularmente?

R[esposta]: Em primeiro lugar, que a grande indústria, apesar de na sua primeira época de desenvolvimento ter ela própria dado origem à livre concorrência, está agora, contudo, a abandonar a livre concorrência; que a concorrência e, em geral, a exploração da produção industrial por singulares se tomou para ela um grilhão que tem de quebrar e quebrará; que a grande indústria, enquanto for empreendida na base actual, somente se pode manter por meio de uma perturbação geral repetida de sete em sete anos, a qual ameaça, de cada vez, toda a civilização, e não só faz cair os proletários na miséria como também arruína um grande número de burgueses; que, portanto, ou a própria grande indústria tem de ser completamente abandonada – o que é uma absoluta impossibilidade –, ou então ela torna absolutamente necessária uma organização totalmente nova da sociedade, na qual já não são os fabricantes individuais, em concorrência entre si, mas toda a sociedade, de acordo com um plano estabelecido e segundo as necessidades de todos, quem dirige a produção industrial.

Em segundo lugar, que a grande indústria e a expansão da produção até ao infinito por ela tornada possível, tornam possível um estado da sociedade em que é produzido tanto de tudo o que é necessário à vida que cada membro da sociedade ficará por esse facto em condições de desenvolver e de pôr em prática todas as suas forças e aptidões em completa liberdade. De tal modo que precisamente aquela qualidade da grande indústria que dá origem, na sociedade de hoje, a toda a miséria e a todas as crises comerciais, é a mesma que, numa outra organização social, acabará com essa miséria e com essas oscilações que causam tanta infelicidade.

De tal modo que fica provado da maneira mais clara:

1. que de agora em diante todos estes males são de imputar à ordem social que já não se adequa às condições existentes, e
2. que já existem os meios para eliminar completamente estes males por meio de uma nova ordem social.

14.ª P[ergunta]: De que tipo terá de ser esta nova ordem social?

R[esposta]: Antes do mais, ela tirará a exploração da indústria e de todos os ramos da produção em geral das mãos de cada um dos indivíduos singulares em concorrência uns com os outros e, em vez disso, terá de fazer explorar todos esses ramos da produção por toda a sociedade, isto é, por conta da comunidade, segundo um plano da comunidade e com a participação de todos os membros da sociedade. Abolirá, portanto, a concorrência e estabelecerá, em lugar dela, a associação. Uma vez que a exploração da indústria por singulares tinha como consequência necessária a propriedade privada, e que a concorrência não é mais do que o modo da exploração da indústria pelos proprietários privados individuais, a propriedade privada não pode ser separada da exploração individual da indústria nem da concorrência. A propriedade privada terá, portanto, igualmente de ser abolida e, em seu lugar, estabelecer-se-á a utilização comum de todos os instrumentos de produção e a repartição de todos os produtos segundo acordo comum, ou a chamada comunidade dos bens. A abolição da propriedade privada é mesmo a expressão mais breve e mais característica desta transformação de toda a ordem social necessariamente resultante do desenvolvimento da indústria, e por isso é com razão avançada pelos comunistas como reivindicação principal.

15.ª P[ergunta]: Então a abolição da propriedade privada não era possível anteriormente?

R[esposta]: Não. Todas as transformações da ordem social, todas as revoluções nas relações de propriedade, têm sido consequência necessária da criação de novas forças produtivas que já não se iam adequar às antigas relações de propriedade. Foi assim que a própria propriedade privada surgiu. Porque a propriedade privada nem sempre existiu; quando, nos finais da Idade Média, foi criado na manufatura um novo tipo de produção que não se deixava subordinar à propriedade feudal e corporativa da altura, é que esta manufatura, que já não cabia dentro das antigas relações de propriedade, deu, então, origem a uma nova forma de propriedade. Para a manufatura e para a primeira etapa do desenvolvimento da grande indústria não era possível, porém, qualquer outra forma de propriedade a não ser a propriedade privada. Enquanto não puder ser produzido tanto que seja não só suficiente para todos, mas que também fique um excedente de produtos para aumento do capital social e para a formação

de mais forças produtivas, terá sempre de haver uma classe dominante, dispondo das forças produtivas da sociedade, e uma classe pobre e oprimida. A maneira como estas classes serão constituídas dependerá da etapa de desenvolvimento da produção. A Idade Média, dependente do cultivo da terra, dá-nos o barão e o servo; as cidades da baixa Idade Média mostram-nos o mestre da corporação, o oficial e o jornaleiro; o século XVII tem o proprietário da manufatura e o operário manufatureiro; o século XIX – o grande fabricante e o proletário. É claro que até aqui as forças produtivas não estavam ainda tão desenvolvidas ao ponto de se poder produzir o suficiente para todos e de a propriedade privada se ter tornado para essas forças produtivas um grilhão e um entrave. Hoje, porém, quando, pelo desenvolvimento da grande indústria se criaram, em primeiro lugar, capitais e forças produtivas numa quantidade nunca antes conhecida e existem meios para, num curto lapso de tempo, multiplicar essas forças produtivas até ao infinito; quando, em segundo lugar, essas forças produtivas estão concentradas nas mãos de poucos burgueses, enquanto a grande massa do povo se converte cada vez mais em proletários, enquanto a sua situação se torna mais miserável e insuportável, na mesma proporção em que se multiplicam as riquezas dos burgueses; quando, em terceiro lugar, estas forças produtivas poderosas e que se multiplicam facilmente ultrapassaram de tal maneira a propriedade privada e os burgueses que provocam a cada momento as mais violentas perturbações na ordem social – agora a abolição da propriedade privada não se tornou apenas possível, tornou-se inteiramente necessária.

16.ª Pergunta]: Será possível a abolição da propriedade privada por via pacífica?

R[esposta]: Seria de desejar que isso pudesse acontecer, e os comunistas seriam certamente os últimos que contra tal se insurgiriam. Os comunistas sabem muitíssimo bem que todas as conspirações são não apenas inúteis, como mesmo prejudiciais. Eles sabem muitíssimo bem que as revoluções não são feitas propositadamente nem arbitrariamente, mas que, em qualquer tempo e em qualquer lugar, elas foram a consequência necessária de circunstâncias inteiramente independentes da vontade e da direcção deste ou daquele partido e de classes inteiras. Mas eles também vêem que o desenvolvimento do proletariado em quase todos os países civilizados é violentamente reprimido e que, deste modo, os adversários dos comunistas estão a contribuir com toda a força para uma revolução. Acabando assim o proletariado oprimido por ser empurrado para uma revolução, nós, os comunistas, defenderemos nos actos, tão bem como agora com as palavras, a causa dos proletários.

17.ª Pergunta]: Será possível abolir a propriedade privada de um só golpe?

R[esposta]: Não, do mesmo modo que não se podem fazer aumentar de um só golpe as forças produtivas já existentes tanto quanto é necessário para a edificação da comunidade ^[2]. Por isso a revolução do proletariado, que com toda a naturalidade se vai aproximando, só a pouco e pouco poderá, portanto, transformar a sociedade actual, e somente poderá abolir a propriedade privada quando estiver criada a massa de meios de produção necessária para isso.

18.ª Pergunta]: Que curso de desenvolvimento tomará essa revolução?

R[esposta]: Ela estabelecerá, antes do mais, uma *Constituição democrática do Estado*, e com ela, directa ou indirectamente, o domínio político do proletariado. Directamente, em Inglaterra, onde os proletários constituem já a maioria do povo. Indirectamente, em França e na Alemanha, onde a maioria do povo não consiste apenas em proletários mas também em pequenos camponeses e pequenos burgueses, os quais começam a estar envolvidas no processo de passagem ao proletariado, se tornam cada vez mais dependentes deste em todos os seus interesses políticos e, portanto, têm de se acomodar em breve às reivindicações do proletariado. Isto custará, talvez, uma segunda luta, a qual, porém, só pode terminar com a vitória do proletariado.

A democracia seria totalmente inútil para o proletariado se ela não fosse utilizada imediatamente como meio para a obtenção de outras medidas que ataquem directamente a propriedade privada e assegurem a existência do proletariado. As medidas principais, tal como decorrem, já agora, como consequência necessária, das condições existentes, são as seguintes:

1. Restrição da propriedade privada por meio de impostos progressivos, altos impostos sobre heranças, abolição da herança por parte das linhas colaterais (irmãos, sobrinhos, etc.), empréstimos forçados, etc.
2. Expropriação gradual dos latifundiários, fabricantes, proprietários de caminhos-de-ferro e armadores de navios, em parte pela concorrência da indústria estatizada, em parte, directamente, contra indemnização em papéis do Estado.

3. Confiscação dos bens de todos os emigrantes ^[3] e rebeldes contra a maioria do povo.

4. Organização do trabalho ou ocupação dos proletários em herdades nacionais, fábricas e oficinas, pela qual se elimina a concorrência dos operários entre si e os fabricantes são obrigados, enquanto ainda subsistirem, a pagar o mesmo salário elevado que o Estado.

5. Igual obrigação de trabalho para todos os membros da sociedade até à completa abolição da propriedade privada. Formação de exércitos industriais, sobretudo, para a agricultura.

6. Centralização do sistema de crédito e da banca nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e repressão de todos os bancos privados e banqueiros.

7. Multiplicação do número de fábricas, oficinas, caminhos-de-ferro e navios nacionais, cultivo de todas as terras e melhoramento das já cultivadas, na mesma proporção em que se multiplicarem os capitais e os operários que se encontram à disposição da nação.

8. Educação de todas as crianças, a partir do momento em que podem passar sem os cuidados maternos, em estabelecimentos nacionais e a expensas do Estado. Combinar a educação e o trabalho fabril.

9. Construção de grandes palácios nas herdades nacionais para habitações colectivas das comunidades de cidadãos que se dedicam tanto à indústria como à agricultura, e que reúnam em si tanto as vantagens da vida citadina como as da rural, sem partilhar da unilateralidade e dos defeitos de ambos os modos de vida.

10. Destruição de todas as habitações e bairros insalubres e mal construídos.

11. Igualdade de direito de herança para os filhos ilegítimos e legítimos.

12. Concentração de todo o sistema de transportes nas mãos da nação.

Naturalmente, nem todas estas medidas podem ser empreendidas de uma só vez. Porém, uma arrasta sempre atrás de si a outra. Uma vez realizado o primeiro ataque radical contra a propriedade privada, o proletariado ver-se-á obrigado a seguir sempre para diante, a concentrar cada vez mais nas mãos do Estado todo o capital, toda a agricultura, toda a indústria, todo o transporte, toda a troca. É para aí que todas estas medidas apontam; e elas tornar-se-ão aplicáveis e desenvolverão as suas consequências centralizadoras na medida em que as forças produtivas do país sejam multiplicadas pelo trabalho do proletariado. Finalmente, quando todo o capital, toda a produção e toda a troca estiverem concentrados nas mãos da nação, a propriedade privada desaparecerá por si própria, o dinheiro tornar-se-á supérfluo e a produção aumentará tanto e os homens transformar-se-ão tanto, que poderão igualmente tombar as últimas formas de intercâmbio ^[7] da antiga sociedade.

19.ª Pergunta]: Poderá esta revolução realizar-se apenas num único país?

R[esposta]: Não. A grande indústria, pelo facto de ter criado o mercado mundial, levou todos os povos da terra – e, nomeadamente, os civilizados – a uma tal ligação uns com os outros que cada povo está dependente daquilo que acontece a outro. Além disso, em todos os países civilizados ela igualou de tal maneira o desenvolvimento social, que em todos esses países a burguesia e o proletariado se tornaram as duas classes decisivas da sociedade e a luta entre elas a luta principal dos nossos dias. A revolução comunista não será, portanto, uma revolução simplesmente nacional; será uma revolução que se realizará simultaneamente em todos os países civilizados, isto é, pelo menos em Inglaterra, na América, em França e na Alemanha ^[4]. Ela desenvolver-se-á em cada um destes países mais rápida ou mais lentamente, consoante um ou outro país possuir uma indústria mais avançada, uma maior riqueza, uma massa mais significativa de forças produtivas. Na Alemanha ela será efectuada, portanto, mais lenta e dificilmente, em Inglaterra mais rápida e facilmente. Ela terá igualmente uma repercussão significativa nos restantes países do mundo, transformará totalmente e acelerará muito o seu actual modo de desenvolvimento. Ela é uma revolução universal e terá, portanto, também um âmbito universal.

20.ª Pergunta]: Quais são as consequências da abolição final da propriedade privada?

R[esposta]: Pelo facto de a sociedade retirar das mãos dos capitalistas privados o usufruto de todas as forças produtivas e meios de comunicação, assim como a troca e a repartição dos produtos, e os administrar segundo um plano resultante dos meios disponíveis e das necessidades de toda a sociedade, serão eliminadas, antes do mais, todas as consequências nefastas que agora

ainda se encontram ligadas à exploração da grande indústria. As crises desaparecerão; a produção alargada que, para a ordem actual da sociedade, é uma sobreprodução e uma causa tão poderosa da miséria, já não será então suficiente e terá de ser alargada ainda muito mais. Em vez de ocasionar a miséria, a sobreprodução assegurará, para além das necessidades imediatas da sociedade, a satisfação das necessidades de todos, e criará novas necessidades e, ao mesmo tempo, os meios para as satisfazer. Ela será condição e motivo de novos progressos, e realizará estes progressos sem que, por esse facto, como sempre até aqui, a ordem social seja perturbada. A grande indústria, liberta da pressão da propriedade privada, desenvolver-se-á numa tal extensão que, comparado com ela, o seu actual desenvolvimento parecerá tão pequeno como o da manufatura comparada com a grande indústria dos nossos dias. Este desenvolvimento da indústria colocará à disposição da sociedade uma massa suficiente de produtos para com eles satisfazer as necessidades de todos. Do mesmo modo, a agricultura, que também em virtude da pressão da propriedade privada e do parcelamento tem sido impedida de apropriar os aperfeiçoamentos e os desenvolvimentos científicos já realizados, conhecerá um ascenso totalmente novo e colocará à disposição da sociedade uma quantidade plenamente suficiente de produtos. Desta maneira, a sociedade produzirá produtos bastantes para poder organizar de tal modo a repartição que as necessidades de todos os membros sejam satisfeitas. A separação da sociedade em diversas classes opostas umas às outras tornar-se-á, assim, supérflua. Ela não se tornará, porém, apenas supérflua; será mesmo incompatível com a nova ordem social. A existência de classes proveio da divisão do trabalho, e a divisão do trabalho, no seu modo actual, desaparecerá totalmente. É que para trazer a produção industrial e agrícola até ao nível descrito, não bastam apenas os meios auxiliares mecânicos e químicos; as capacidades dos homens que põem em movimento esses meios auxiliares têm igualmente de ser desenvolvidas em medida correspondente. Assim como os camponeses e os operários manufatureiros do século passado transformaram todo o seu modo de vida e se tornaram eles próprios homens completamente diferentes quando foram incorporados na grande indústria, do mesmo modo também a exploração comum da produção por toda a sociedade e o novo desenvolvimento da produção dela decorrente necessitarão de, e também criarão, homens completamente diferentes. A exploração comum da produção não pode ser levada a cabo por homens como os de hoje, que estão subordinados, acorrentados, a um único ramo da produção, que são por ele explorados, homens que desenvolveram apenas uma das suas aptidões em detrimento de todas as outras, que conhecem apenas um ramo ou apenas um ramo de um ramo da produção total. Já a indústria actual precisa cada vez menos destes homens. A indústria explorada em comum, e em conformidade com um plano, por toda a sociedade pressupõe inteiramente homens cujas aptidões estejam integralmente desenvolvidas e que estejam em condições de abarcar todo o sistema da produção. A divisão do trabalho, minada já hoje pelas máquinas, que faz de um camponês, do outro sapateiro, do terceiro operário fabril, do quarto especulador de bolsa, desaparecerá, portanto, totalmente. A educação permitirá aos jovens passar rapidamente por todo o sistema de produção; colocá-los-á em condições de passar sucessivamente de um ramo de produção para outro, conforme o proporcionem as necessidades da sociedade ou as suas próprias inclinações. Retirar-lhes-á, portanto, o carácter unilateral que a actual divisão do trabalho impõe a cada um deles. Deste modo, a sociedade organizada numa base comunista dará aos seus membros oportunidade de porem em acção, integralmente, as suas aptidões integralmente desenvolvidas. Com isso, porém, desaparecerão também necessariamente as diversas classes. De tal maneira que, por um lado, a sociedade organizada numa base comunista é incompatível com a existência de classes e, por outro lado, a edificação dessa sociedade fornece ela própria os meios para suprimir essas diferenças de classes.

Decorre daqui, por conseguinte, que a oposição entre cidade e campo desaparecerá igualmente. A exploração da agricultura e da indústria pelos mesmos homens, em vez de por duas classes diferentes, é já, por causas totalmente materiais, uma condição necessária da associação comunista. A dispersão da população rural pelo campo, a par da concentração da população industrial nas grandes cidades, é uma situação que apenas corresponde a um estágio ainda não desenvolvido da agricultura e da indústria, um impedimento já hoje muito sensível para todo o desenvolvimento ulterior.

A associação geral de todos os membros da sociedade para a exploração comum e planificada das forças de produção, a expansão da produção num grau tal que satisfaça as necessidades de todos, a liquidação da situação em que as necessidades de uns são satisfeitas à custa dos outros, a aniquilação total das classes e dos seus antagonismos, o desenvolvimento integral das

capacidades de todos os membros da sociedade por meio da eliminação da divisão do trabalho até agora vigente, por meio da educação industrial, por meio da troca de actividades, por meio da participação de todos nos prazeres criados por todos, por meio da fusão da cidade e do campo – eis os resultados principais da abolição da propriedade privada.

21.ª Pergunta]: Que influência exercerá a ordem social comunista sobre a família?

[Resposta]: Ela fará da relação de ambos os sexos uma pura relação privada, que diz respeito apenas às pessoas que nela participam e em que a sociedade não tem de imiscuir-se.

Ela pode fazê-lo, uma vez que aboliu a propriedade privada e educa as crianças comunitariamente e, por este facto, anula as duas bases fundamentais do actual matrimónio: a dependência, por intermédio da propriedade privada, da mulher relativamente ao homem e dos filhos relativamente aos pais. Aqui se encontra também a resposta à gritaria tão moralista dos filisteus contra a comunidade comunista das mulheres. A comunidade das mulheres é uma relação que pertence totalmente à sociedade burguesa e hoje em dia reside inteiramente na prostituição. A prostituição repousa, porém, sobre a propriedade privada, e cai com ela. Portanto, a organização comunista, em vez de introduzir a comunidade das mulheres, muito pelo contrário, suprime-a.

22.ª Pergunta]: Qual será a atitude da organização comunista face às nacionalidades existentes?

- fica ^[N37]

23.ª Pergunta]: Qual será a sua atitude face às religiões existentes?

- fica

24.ª Pergunta]: Como se diferenciam os comunistas dos socialistas?

[Resposta]: Os chamados socialistas dividem-se em três classes.

A primeira classe consiste nos partidários da sociedade feudal e patriarcal que foi aniquilada, e que continua ainda a ser diariamente aniquilada, pela grande indústria, pelo comércio mundial e pela sociedade burguesa por ambos criada. Esta classe tira dos males da sociedade actual a conclusão de que a sociedade feudal e patriarcal teria de ser restabelecida, porque estava livre destes males. Todas as suas propostas se dirigem, por caminhos direitos ou tortuosos, para este objectivo. Esta classe de socialistas reacconários, apesar da sua pretensa compaixão e das suas lágrimas ardentes pela miséria do proletariado, será, todavia, contínua e energeticamente combatida pelos comunistas, porque:

1. se esforça por atingir algo de puramente impossível;
2. procura restabelecer o domínio da aristocracia, dos mestres das corporações e dos proprietários de manufacturas, com o seu cortejo de reis absolutos ou feudais, de funcionários, de soldados e de padres, uma sociedade que, por certo, estava livre dos males da sociedade actual, mas que, em contrapartida, trazia consigo, pelo menos, outros tantos males e não oferecia a perspectiva de libertação dos operários oprimidos por meio de uma organização comunista;
3. ela mostra os seus verdadeiros desígnios quando o proletariado se torna revolucionário e comunista, aliando-se então imediatamente com a burguesia contra os proletários.

A segunda classe consiste nos partidários da sociedade actual aos quais os males dela necessariamente decorrentes provocaram apreensões quanto à subsistência desta sociedade. Eles procuram, por conseguinte, conservar a sociedade actual, mas eliminar os males que a ela estão ligados. Com este objectivo, propõem, uns, simples medidas de beneficência, outros, grandiosos sistemas de reformas que, sob o pretexto de reorganizarem a sociedade, querem conservar as bases da sociedade actual e, com elas, a sociedade actual. Estes *socialistas burgueses* terão igualmente de ser combatidos constantemente pelos comunistas, uma vez que eles trabalham para os inimigos dos comunistas e defendem a sociedade que os comunistas querem precisamente derrubar.

A terceira classe consiste, finalmente, nos socialistas democráticos que, pela mesma via que os comunistas, querem uma parte das medidas indicadas na pergunta...^[4]; porém, não como meio de transição para o comunismo, mas como medidas que são suficientes para abolir a miséria e fazer desaparecer os males da sociedade actual. Estes *socialistas democráticos* ou são proletários que ainda não estão suficientemente esclarecidos acerca das condições da libertação da sua classe; ou são representantes dos pequenos burgueses, uma classe que, até à conquista da democracia e das medidas socialistas dela decorrentes, sob muitos aspectos tem os mesmos interesses que os proletários. Por isso, os comunistas entender-se-ão, nos momentos de acção, com esses socialistas democráticos e em geral terão de seguir com eles, de momento, uma política o mais possível comum, desde que esses socialistas não se ponham ao serviço da burguesia dominante e não ataquem os comunistas. É claro que

este modo de acção comum não exclui a discussão das divergências com eles.

25.ª Pergunta]: Qual a atitude dos comunistas face aos restantes partidos políticos do nosso tempo?

R[esposta]: Esta atitude é diversa nos diversos países.

Na Inglaterra, na França e na Bélgica, onde a burguesia domina, os comunistas têm, por enquanto, um interesse comum com os diversos partidos democráticos e, na realidade, um interesse tanto maior quanto mais os democratas se aproximam do objectivo dos comunistas com as medidas socialistas agora por toda a parte por eles defendidas, isto é, quanto mais clara e determinadamente eles defendem os interesses do proletariado e quanto mais se apoiam no proletariado. Na Inglaterra, por exemplo, os cartistas [N38], integrados por operários, estão infinitamente mais próximos dos comunistas do que os pequenos burgueses democráticos ou os chamados radicais.

Na América, onde foi introduzida a constituição democrática, os comunistas têm de apoiar o partido que quer voltar essa constituição contra a burguesia e utilizá-la no interesse do proletariado, isto é, os reformadores agrários nacionais.

Na Suíça, os radicais, apesar de serem eles próprios ainda um partido muito heterogêneo, são, todavia, os únicos com os quais os comunistas se podem entender, e entre estes radicais os mais progressistas são, por sua vez, os valdenses e os de Genebra.

Na Alemanha, finalmente, só agora está iminente a luta decisiva entre a burguesia e a monarquia absoluta. Como, porém, os comunistas não podem contar com uma luta decisiva entre eles próprios e a burguesia antes de que a burguesia domine, o interesse dos comunistas é ajudar a levar os burgueses ao poder tão depressa quanto o possível, para, por sua vez, os derrubar o mais

depressa possível. Os comunistas têm, portanto, de continuamente tomar partido pelos burgueses liberais face aos governos e apenas de se precaver de partilhar as auto-ilusões dos burgueses ou de dar crédito às suas afirmações sedutoras sobre as consequências benéficas da vitória da burguesia para o proletariado. As únicas vantagens que a vitória da burguesia trará aos comunistas consistirão:

1. em diversas concessões que facilitarão aos comunistas a defesa, discussão e propagação dos seus princípios e, com isso, a união do proletariado numa classe estreitamente coesa, preparada para a luta e organizada;
2. na certeza de que, no dia em que os governos absolutos caírem, chegará a hora da luta entre os burgueses e os proletários. Desse dia em diante, a política partidária dos comunistas será a mesma que naqueles países em que agora domina já a burguesia.

Notas:

1. Para a resposta que falta, Engels deixou em branco meia página do manuscrito. ([retornar ao texto](#))
2. Comunidade (*Gemeinschaft*), entenda-se: a sociedade comunista. (*Nota da edição portuguesa.*) ([retornar ao texto](#))
3. Latifundiários e capitalistas, em geral, fugidos para o estrangeiro, sabotando a economia. (*Nota da edição portuguesa.*) ([retornar ao texto](#))
4. O manuscrito está aqui em branco; trata-se, porém, da pergunta 18. ([retornar ao texto](#))

Texto extraído de:

Marxista Internet Archives (MIA) Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm> Acesso em: 08 de dezembro de 2008

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS MARXISMO, HISTÓRIA, TEMPO LIVRE E EDUCAÇÃO

Prof. Dra. Elza Margarida de Mendonça Peixoto¹

Prof. Dra. Maria de Fátima Rodrigues Pereira²

Prof. Dr. Francisco Máuri de Carvalho³

Prof. Dr. José Claudinei Lombardi⁴

Prof. Dra. Celi Nelza Zülke Taffarel⁵

Prof. Dra. Kátia Oliver de Sá⁶

Fundado em março de 2007, o grupo de estudos e pesquisas *Marxismo, História, Tempo Livre e Educação (MHTLE)* surge a partir da iniciativa de um grupo de doutores recém-formados no interior do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas. Havia em comum entre estes recém-doutores o desejo de compor um coletivo de pesquisadores interessados em apoiar-se no referencial teórico marxista conforme estruturado e desenvolvido nas obras de Marx, Engels, Lênin, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Gramsci, Althusser, Goldmann, Lukács e nas implicações para o ensino, a pesquisa e a ação políticas decorrentes de sua apropriação. Dando, deste modo, continuidade à propagação do marxismo como teoria científica, política e revolucionária privilegiada para a explicação do capitalismo e de toda a superestrutura decorrente deste modo de produção. O núcleo central desta articulação foi composto pelos Professores Doutores Elza Margarida de Mendonça Peixoto, Maria de Fátima Rodrigues Pereira, Francisco Máuri de Carvalho, José Claudinei Lombardi, Celi Nelza Zülke Taffarel e Kátia Oliver de Sá, havendo desde então, esforços intensos de ampliação da articulação marxista que visa eleger como campo privilegiado de estudos a educação e, nela, a educação física.

Na formulação mais atual disponibilizada no Diretório dos Grupos de Pesquisa e na página do Grupo MHTLE, evidencia-se a síntese da proposta que é congregar pesquisadores, docentes e estudantes de graduação e pós-graduação interessados em estudos e pesquisas sobre as práticas, as políticas e a produção do conhecimento em Educação, Educação Física, Esportes e Lazer à luz do referencial teórico proporcionado pela Concepção Materialista e Dialética da História, conforme elaborado por Marx e Engels e em seus desenvolvimentos posteriores reconhecidos como marxismo. Nos trabalhos

do grupo, assume centralidade a análise, à luz da história, das condições objetivas que viabilizam as práticas, as políticas, a formação e a produção do conhecimento, ou seja, como da produção da existência emanam demandas por práticas, políticas, formação e produção do conhecimento que derivam em projetos educacionais veiculados na formação para o trabalho, nas relações de trabalho e no tempo livre.

Definido o eixo articulador do grupo, temos realizado uma série de ações que visam à expansão desta articulação e à disseminação das principais teses defendidas pelos que estão nela envolvidos. Estas ações envolvem (1) a articulação com grupos já consolidados e com jovens pesquisadores marxistas de referência em seus campos de estudos; (2) a participação nos fóruns que congregam pesquisadores marxistas; (3) o convênio com instituições que mantêm a concepção materialista e dialética da história como eixo articulador; (4) a proposição de estratégias e instrumentos de comunicação à distancia, de modo a superar a barreira geográfica como obstáculo neste processo de articulação; (5) a manutenção de instrumentos de propagação permanente das teses defendidas pelo grupo; (6) o desenvolvimento de pesquisas continuadas sobre a obra de Marx e Engels; (7) o desenvolvimento de pesquisas sobre as condições objetivas nas quais desenvolvem-se as práticas, as políticas, a formação e a produção do conhecimento no universo do trabalho, tempo livre e educação; (8) a conquista de recursos públicos para o desenvolvimento do projeto de manutenção do marxismo como eixo teórico e político norteador da ação dos pesquisadores que atuam no seio da Universidade.

Trata-se de um imenso esforço de luta contra o isolamento que as dimensões continentais do Brasil, as políticas neoliberais e a ode à produtividade

Notas:

1. Docente da Universidade Estadual de Londrina. Líder do Grupo MHTLE.
2. Docente da Universidade Estadual de Londrina. Líder do Grupo MHTLE.
3. Docente da Universidade Federal do Espírito Santo.
4. Docente da Universidade Estadual de Campinas e Diretor Executivo do Grupo HISTEDBR.
5. Docente da Universidade Federal da Bahia e Líder do Grupo LEPEL UFBA
6. Docente da Faculdade Regional da Bahia – UNIRB – Membro do LEPEL e MHTLE.

vêm impondo aos pesquisadores, em busca da retomada dos esforços de articulação em torno do projeto histórico comunista. Uma luta porque significa, continuamente, emergir do abismo profundo do ativismo desenfreado, a que nos têm empurrado as políticas produtivistas, para a busca da articulação do projeto histórico comunista. Este esforço de articulação está carregado das contradições que envolvem (1) a defesa do comunismo em uma ordem hegemônica burguesa, que tenta, com todas as forças, negar a história, as contradições, os conflitos e a crise do projeto anárquico-liberal capitalista; e (2) colocar-se no seio de um agrupamento político marcado por salutares divergências entre as perspectivas e práticas marxistas e em franca oposição às teses liberais acerca da apropriação e distribuição dos bens socialmente produzidos pela classe trabalhadora, incluindo a educação, o tempo livre, o esporte, a ginástica, a dança, os jogos, as lutas e o lazer. O trabalho do Grupo MHTLE tem se desenvolvido entre oito grandes âmbitos articulados.

No âmbito da **articulação com grupos já consolidados e com jovens pesquisadores** marxistas de referência em seus campos de estudos, citamos os esforços de diálogo continuado com grupos de referência no âmbito da Educação (*História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR*) e Educação Física (*Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física & Esporte e Lazer – LEPEL*) formalizando o credenciamento junto a estes grupos por meio de convênios e parcerias na realização de eventos, publicações e projetos. Citamos ainda o contato e aproximação com pesquisadores cuja produção expressa o compromisso com o aprofundamento dos estudos no campo do marxismo e da educação, como Prof^a Ms. Lucelma Silva Braga, Prof. Ms. Lalo Watanabe Minto, Prof. Dr^a Gilcilene Barão, Prof^a Dra. Iracema Soares Souza e Prof. Ms. Fernando Pereira Cândido.

No âmbito da **participação nos fóruns que congregam pesquisadores marxistas**, citamos os *Encontros Brasileiros de Educação e Marxismo (EBEM)*; os seminários, encontros e jornadas promovidos pelo *Grupo HISTEDBR UNICAMP*, e, em especial, o *GT História, Trabalho e Educação do HISTEDBR*; o *GT Trabalho e Educação da ANPED*; e, mais recentemente, o *Encontro Internacional Karl Marx*, realizado em Lisboa/Portugal e promovido pelo Instituto de História Contemporânea (IHC) da Universidade Nova de Lisboa. Este movimento de articulação via fóruns está marcado pelas dificuldades decorrentes dos poucos recursos disponíveis para a participação em eventos.

No âmbito do **convênio com instituições que mantêm a concepção materialista e dialética da história como eixo articulador**, destacamos o processo de formalização de intercâmbio através do Convênio UEL/UFBA – em tramitação nas duas Universidades – e a formalização de vínculo do Grupo MHTLE com o Grupo HISTEDBR, por meio de sua oficialização junto à reunião de Coordenadores do HISTEDBR em junho de 2008, durante VIII Jornada do HISTEDBR realizada na cidade de São Carlos. Desta forma, o Grupo MHTLE, composto por pesquisadores que atuam em diferentes instituições, articula-se e esforça-se por promover o encontro de pesquisadores e grupos que têm efetivamente apresentado contribuições significativas para a consecução de uma pedagogia marxista.

No âmbito da **proposição de estratégias e instrumentos de comunicação à distancia**, de modo a impedir que a barreira geográfica seja obstáculo neste processo de articulação, temos efetuado um investimento concreto na comunicação continuada com os pesquisadores que se vinculam ao grupo recorrendo aos meios de comunicação disponíveis na atualidade no âmbito da telefonia e da informática, destacando-se aqui o recurso continuado às ferramentas *ooVoo* e *Skype*, ambas, de baixo custo e de acesso facilitado. As principais barreiras que temos encontrado referem-se principalmente aos limites nas redes institucionais de comunicação pela Internet – inviáveis nos horários de pico e pelo desenvolvimento desigual da telefonia no país.

No âmbito da **manutenção de instrumentos de propagação permanente das teses defendidas pelo grupo**, temos investido na produção e manutenção de páginas, boletins e, brevemente, revista, nas quais disseminamos, gratuitamente, os projetos, as teses, os textos que temos produzido, linkados diretamente aos meios nos quais estes trabalhos têm sido disseminados. Assim, produzimos a página do Grupo MHTLE, disponibilizada no endereço <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/mhtle/index.htm>, o *Boletim Germal*, em edição impressa e eletrônica, disponibilizada no endereço <http://www.uel.br/revistas/germal/index.htm>, a página do Projeto ARELB, em fase

de construção e disponibilizada no endereço <http://www.arelb.uel.br/home/default.asp>. Este trabalho vem sendo totalmente custeado com verbas dos membros do Grupo de Pesquisa, uma vez que, conforme relataremos a seguir, não temos tido nossos projetos aprovados pelas agências de fomento à pesquisa, disponíveis no Brasil.

No âmbito do **desenvolvimento de pesquisas continuadas sobre a obra de Marx e Engels**, mantemos cadastrado na Universidade Estadual de Londrina (UEL) o projeto *Estudo da categoria modo de produção da existência na obra de Marx e Engels e suas implicações para a compreensão da problemática do lazer* (Projeto 04927), eixo articulador das pesquisas e da formação desenvolvidas pelo e no interior do grupo de pesquisa. Trata-se de acentuar a centralidade da leitura da obra conjunta de Marx e Engels para o entendimento dos pressupostos ontológicos (materialistas), gnosiológicos (dialéticos) e axiológicos (comunismo) que fundamentam o pensamento destes autores e articulam a Concepção Materialista e Dialética da História. É à luz destes referenciais que temos procurado explicar a educação, o trabalho, o tempo livre e, neles, a educação física, o esporte, o lazer.

No âmbito do **desenvolvimento de pesquisas sobre as condições objetivas nas quais se desenvolvem as práticas, as políticas, a formação e a produção do conhecimento no universo do trabalho, tempo livre e educação**, temos desenvolvido o projeto *Levantamento, catalogação e análise da produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil* (Projeto 05118), esforço de análise crítica da produção do conhecimento referente aos estudos do lazer que visa à superação dos limites destes estudos, fundados em uma ontologia idealista, em uma gnosiologia positivista, fenomenológica e eclética, e na defesa axiológica de uma suposta neutralidade da academia frente aos conflitos de interesse postos no capitalismo que oculta a opção pelos interesses de mercado, ou interesses da burguesia proprietária dos meios de produção.

No âmbito do esforço pela **conquista de recursos públicos para o desenvolvimento do projeto de manutenção do marxismo como eixo teórico e político norteador da ação dos pesquisadores que atuam no seio da Universidade**, participamos de todos os editais nos quais reconhecíamos semelhança com o perfil dos trabalhos do grupo e dos pesquisadores nele envolvidos. Referimo-nos aos editais do CNPq *Jovens Pesquisadores* (06/2008), *Universal* (14/2008), *Fortalecimento de linhas de pesquisa no âmbito das ciências humanas* (03/2008), *Apoio a projetos de popularização de Ciência e Tecnologia das Universidades* (42/2007); além de edital de Bolsas da Fundação Biblioteca Nacional. Em todas estas tentativas os nossos pedidos foram negados, sem qualquer preocupação com uma explicação detida dos motivos da recusa que viabilizassem ajustes para novas tentativas. Cabe destacar que dispomos de um projeto encaminhado e aprovado para instalação de uma unidade da Rede CEDES em Londrina, obtida a partir da inscrição do Projeto ARELB no Edital de 2006 e até hoje não consolidada.

No contexto destas ações, a produção do Grupo MHTLE tem estado concentrada em torno dos projetos oficialmente cadastrados na PROPPG/UEL, ao tempo em que temos procurado estimular a veiculação das produções dos demais membros do grupo referentes aos projetos por eles desenvolvidos em suas instituições de origem. A nosso ver, o resultado apresenta a perspectiva de uma produção estimulante de provocações teóricas que trazem uma imensa contribuição à reflexão quanto às perspectivas políticas que os pesquisadores têm assumido, principalmente, no âmbito da formação de professores e do projeto de educação que têm sido obrigados a abraçar. A lógica burguesa, sustentáculo conservador do falido e degenerado modo capitalista de produção, tem de ser superada, e uma parte deste processo de superação, posta nos conflitos e confrontos decorrentes dos estágios contraditórios de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, depende da crítica radical aos pressupostos que vêem sustentando a formação de professores neste país. Estes pressupostos estão expressos na produção do conhecimento desenvolvida pelos pesquisadores oriundos das Universidades brasileiras, entre estes os pesquisadores em educação, educação física, esportes, lazer. E é exatamente neste lugar que o Grupo MHTLE vem se colocando.

Marx/Congresso: Enganou-se quem proclamou o fim da História - Fernando Rosas

Lisboa, 14 Nov (Lusa) - Fernando Rosas, director do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova, abriu hoje o Congresso Internacional Karl Marx com críticas ao liberalismo, dizendo que se enganou quem proclamou o fim da História e o triunfo do capitalismo.

Perante um auditório cheio na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, as primeiras palavras do dirigente do Bloco de Esquerda foram de ataque às filosofias mais em voga na década de 90, sobretudo no panorama da ciência política anglo-saxónica.

Numa referência às teorias de Francis Fukuyama (norte-americano de origem japonesa) e de Friedrich Von Hayek (escola austríaca), o historiador e dirigente do Bloco de Esquerda considerou que se "enganaram os filósofos que proclamaram o fim da História e que nos garantiram um império neoliberal por mil anos".

"O regresso de Karl Marx como corpo teórico é actualmente incontornável para ler e interrogar a crise do capitalismo deste início do século XXI", contrapôs Fernando Rosas.

Até domingo, o Congresso Internacional Karl Marx juntará mais de 150 especialistas de diversas áreas científicas.

Promovido pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, pela Cooperativa Cultura do Trabalho e Socialismo (Cutra) e pela "Transform" (rede internacional de associações culturais), o congresso pretende assinalar os 150 anos dos "Grundrisse", Elementos fundamentais para a crítica da economia política - primeiro manuscrito (completado em 1858) de Karl Marx, que no século XIX revolucionou as concepções económico-políticas

e de filosofia da História.

Numa plateia em que prevaleciam jovens e elementos próximos do Bloco de Esquerda, Fernando Rosas prestou homenagem a João Martins Pereira, economista e militante do Bloco, que hoje faleceu.

Na sua intervenção, Fernando Rosas sublinhou que o Congresso Internacional Karl Marx "será o maior fórum do género jamais realizado em Portugal".

O historiador referiu depois que o Instituto de História Contemporânea recebeu uma "autêntica avalanche de comunicações", cerca de 200, das quais foi forçado a seleccionar 150.

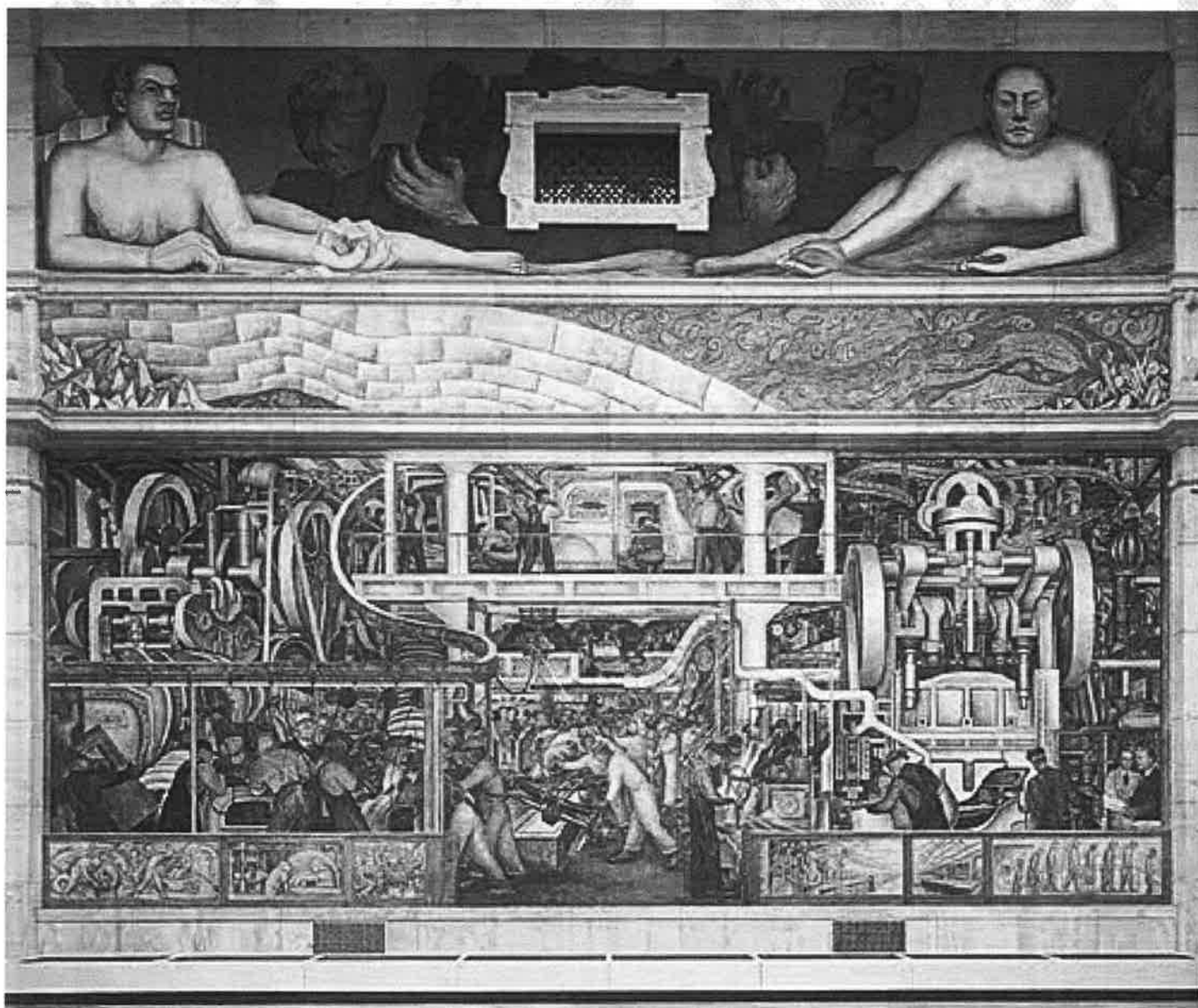
Comunicações que disse terem vindo de países como o Brasil, Espanha, Itália, Alemanha, Reino Unido, entre outros países.

"Este congresso, marcado antes da eclosão da crise económica e financeira, foi ampliado de dois para três dias, e houve necessidade de constituir 48 painéis temáticos", salientou ainda o professor universitário.

Outra ideia central da intervenção do dirigente do Bloco de Esquerda foi sublinhar a preocupação com a existência de pluralismo ao longo dos três dias de análise à filosofia marxista.

"Não teremos preocupações de tirar conclusões. Trata-se antes de um debate fundador de muitos outros debates que se hão-de seguir", advertiu.

Extraído de: Notícias.Rtp.pt Disponível em: <http://www1.rtp.pt/noticias/index.php?article=372953&visual=26&rss=0> Acesso em: 13 de dezembro de 2008. 23h34.



Você Sabia?

OBRAS DE MARX E ENGELS:

Houve ao menos três importantes tentativas de reunir as obras de Marx e Engels numa edição crítica. A **primeira** foi a preparação da MEGA - *Marx-Engels-Gesamtausgabe* nos anos 1920, sob os cuidados de David Borisovich Riazanov. Prevista para quarenta volumes, esta edição permaneceu incompleta. A **segunda** tentativa de peso foi a edição da MEW, ou *Marx-Engels Werke* na Alemanha Oriental, a partir dos anos 1950. Mesmo não sendo uma edição rigorosamente completa das obras de Marx e Engels, é geralmente empregada pelos eruditos como referência. **Finalmente**, a partir dos anos 1970 houve a tentativa de editar uma nova *Gesamtausgabe* (a MEGA-2), que deveria atingir 170 volumes! Com as mudanças no Leste Europeu, a edição patrocinada inicialmente pelos Institutos de Marxismo-Leninismo da URSS e da Alemanha Oriental foi interrompida e, posteriormente, retomada em novo formato, mas sua conclusão não está garantida.

Uma parte considerável dos textos econômicos de Marx (inclusive os três volumes d' *O Capital*) está disponível na internet na língua original em que foram compostos, o alemão: *Das Kapital Band 1: Der Produktionsprozeß des Kapitals*; *Das Kapital Band 2: Der Zirkulationsprozeß des Kapitals*; *Das Kapital Band 3: Der Gesamtprozeß der kapitalistischen Produktion*. Em inglês, a edição das *Marx-Engels Collected Works* incorpora boa parte do aparato crítico da MEGA. Composta por 50 volumes, esta edição está se transformando numa referência-padrão naquela língua porque traz traduções bastante confiáveis (ainda que algumas interpretações dos editores apresentadas nas introduções de cada volume sejam discutíveis). Boa parte destas obras está disponível na internet (mas sem o aparato crítico da edição impressa e nem sempre com as mesmas traduções). Elas foram reunidas no site da *Marx-Engels Collected Works*. Entre outros textos econômicos, estão disponíveis: *Economic & Philosophical Manuscripts of 1844*; *The Poverty of Philosophy*; *Value, price and profit*; *Grundrisse* [manuscrtos de 1857-58]; *A Contribution to the Critique of Political Economy*; *Capital: volume 1 | volume 2 | volume 3*. Em português, há pelo menos duas edições completas d' *O Capital*: a tradução coordenada pelo professor Paul Singer, nos anos 1980, para coleção Os Economistas e a versão anterior, de Reginaldo Sant'anna, lançada pela Civilização Brasileira nos anos 1960 e reeditada sucessivamente.

Extraído de: CERQUEIRA, Hugo. Pensamento Econômico. Disponível em: http://www.pensamentoeconomico.ecn.br/economistas/karl_marx.html. Acesso em: 12 de dezembro de 2008. 23h00.

Algumas edições das obras de Marx e Engels publicadas no Brasil:

ENGELS, Federico. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

ENGELS, Federico. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985. P. 391

ENGELS, Federico. *Anti-Dühring*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990. 232 p.

ENGELS, Federico. *Dialética da natureza*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 238 p.

ENGELS, Federico. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa Omega, 1980.

ENGELS, Friedrich. Esboço de uma crítica da economia política. *Temas de ciências humanas*, São Paulo, n. 5, p. 1-29, 1979.

MARX, Carlos. *GRUNDRISSE*: lineamentos fundamentais para la crítica de la economía política (1857-1858). México: Fondo de Cultura Económica, 1985. (2 vol.)

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A sagrada família*: A crítica da crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. 280 p.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d (a). Volumes I ao V.

MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Crítica da educação e do ensino*. Editora Moraes, s/d.

Compilações da obra:

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa Omega, 1980c. 3 v.

MARX, Carlos; ENGELS, Frederico. *Obras fundamentais*. México: Fondo de Cultura Económica, várias datas (20 v).

Curtas...

ESTÁ EM FASE FINAL DE TRAMITAÇÃO, o contrato de convênio entre UEL e UFBA para o desenvolvimento do processo de levantamento, catalogação, compilação, análise e síntese da produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil. Após concluído, o projeto estará disponível no link: <http://www.arelb.uel.br/home/default.asp>, também acessível na página do Grupo MHTLE: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/mhtle/index.htm>. O site vem sendo custeado com recursos das Professoras Elza Peixoto e Maria de Fátima Rodrigues Pereira, provenientes de salário.

ENCONTRA-SE EM FASE DE FINALIZAÇÃO o site do Projeto Levantamento, catalogação e análise da produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil. O Site traz a público as obras catalogadas e arquivadas, nomeado ARELB (Arquivo Referente aos Estudos do Lazer no Brasil). O site será a principal ferramenta de comunicação entre os membros da equipe do Projeto ARELB.

OS MEMBROS DO GRUPO MHTLE estão vibrando com o alcance dos mil visitantes à página do Grupo e dos mais de mil e trezentos visitantes às 4 edições do Boletim Germinal.

CONGRESSO INTERNACIONAL KARL MARX. Ocorreu, no período de 14 a 16 de novembro de 2008, na Universidade Nova de Lisboa, Portugal, o Congresso Internacional Karl Marx, organizado pelo Instituto de História Contemporânea e pelos institutos cult:ra e transform. Respeitando o pluralismo de posições em um amplo campo de apropriações do marxismo, o congresso contou com a inscrição de 200 trabalhos, dos quais 150 foram selecionados para debate durante o evento. O Congresso reuniu participantes de países como Espanha, Itália, Alemanha, Reino Unido, entre outros, com uma expressiva participação dos brasileiros, tais como Ricardo Antunes, Paulo Tumolo, Jorge Grespan, Marcelo Badaró, Lia Tiriba, entre outros. O Grupo MHTLE, contou com a participação da Professora Elza Peixoto, representando também ao Grupo HISTEDBR, apresentando o trabalho: Classes, trabalho e lazer: modo de produção como eixo, produzido pela professora em parceria com os pesquisadores Maria de Fátima Rodrigues Pereira e José Claudine Lombardi. Por ocasião do evento, foram realizadas articulações para a vinda do Prof. Fernando Rosas ao Brasil, assim como sua inclusão como membro do corpo editorial da Revista Germinal. Reproduzimos abaixo o folder com a logo do evento, e entrevista com um dos organizadores do Congresso, Professor e Deputado pelo Bloco de Esquerda, Fernando Rosas, publicada no Jornal Eletrônicos Notícia Rtp.pt., uma das expressões do impacto do evento e de sua repercussão em Portugal.



Expediente

Coordenação Editorial: Elza Margarida de Mendonça Peixoto

Comissão Editorial: Maria de Fátima Rodrigues Pereira, Francisco Mauri de Carvalho, Celi Nelza Zülke Taffarel, Kátia Oliver de Sá, José Claudinei Lombardi.

Colaboração: Francisco Máuri de Carvalho.

Revisão: Luciene Avelar Pereira

Projeto Gráfico: Jesuino Vitorelli (versão Impressa) e Priscila Maia (Versão On line)

Nota: Os murais de Diego Rivera foram extraídos do site: The virtual Diego Rivera Web Museum. Disponível em <http://www.diegorivera.com/index.php> Acesso em: 11 de dezembro de 2008.

Reproduzimos aqui:

Industria Moderna, 1933 Fresco 1.83 x 1.80 m Nueva York, New Workers School
Hombre en una Encrucijada, 1934 Fresco Museo del Palacio de Bellas Artes, Ciudad de México

Industria de Detroit o Hombre y Máquina, 1932-1933 Fresco Instituto de Artes de Detroit, Detroit, Michigan

Los Explotadores, 1926 Fresco Extemplo, pared oeste, Universidad Autónoma de Chapingo;

El Reparto de Tierras, 1924 Fresco Universidad Autónoma de Chapingo, Edificio de Administración;